

RNB

REVISTA
NUMISMÁTICA
BRASILEIRA

ISSN 2675-0155

Semestral - Vol. XXVIII, N°2, 2024





SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA



ISSN 2675-0155

Semestral - Vol. XXVIII, Nº2, 2024

Dezembro 2024



SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Fundada em 1924

DIRETORIA BIÊNIO 2023/2024

Diretor Presidente	Gilberto Fernando Tenor
Diretor Vice-Presidente	Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari
Diretor Financeiro	Ismael Toledo Júnior
Diretor de Operações	Rubens Marques de Henriques Silva
Diretor Administrativo	Hélio César Xavier
Diretor Social	Jerry Edson da Costa
Diretora de Eventos	Eliza Mayumi Muraoka Hamada
Diretor Curador	Marcelo Augusto Tibúrcio
Diretor Técnico	Paulo Cesar Fim
Diretora Comercial	Mariana Campos de Souza Justo
Diretor de Relações Internacionais	Cristiano de Lima Bierrenbach
Diretor de Comunicação	Oswaldo Martins Rodrigues Júnior
Diretor de Tecnologia	Marcelo Rodrigues Benevides
Diretor de Vendas	Salvador Antonio Portela

Oswaldo M. Rodrigues Jr.	Editor
Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari	Coordenador administrativo
Edil Gomes	Coordenador de diagramação e gráfica

Comissão Editorial

Adriene Baron Tacla - Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA) / Instituto de História da Universidade Federal Fluminense

Camilla Ferreira Paulino da Silva - LIMES - Fronteiras interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações - UFES / SEDU - Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo

Caroline Oliva Neiva - Historiadora - Laboratório de História Antiga UFRJ

Claudio Umpierre Carlan - Historiador - Universidade Federal de Alfenas

Gisele Oliveira Ayres Barbosa - Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO e Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras

João Goulart de Souza Gomes - Numismata, historiador – UFBA

Lilian de Angelo Laky - Departamento de História - Universidade de São Paulo

Marcela Marchi - Museóloga - Museu Eugênio Teixeira Leal

Maria Celeste Fachin - Arqueóloga - Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, câmpus de Franca

Paula de Jesus Moura Aranha - Historiadora - Numismata - Museu Histórico Nacional / Ibram

Telma Cristina Soares Ceolin - AAMV - Associação Amigos do Museu de Valores

Vagner Carvalho Porto - Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Yuri Victorino Inácio da Silva - Historiador, arquivista, pesquisador e numismata - Sociedade Gaúcha de Numismática

Comissão Editorial Internacional

Adolfo Ruiz Calleja - Espanha - Universidad de Valladolid / Blog Numismático

Álvaro R. Córdón - Guatemala - Punto de Encuentro Numismático de Guatemala

Andrés Cortázar - Colômbia - Fundación Numismáticos Colombianos - NUMISCOL

Bernardo Alfredo Oliva Muñoz - Chile - Asociación Cultural Numismática de Arica

Carlos Iza - Equador - Academia Nacional de Historia del Ecuador

Cesar Corrales - Peru - Peruvian Banknotes - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú

Daniel Oropeza Alba - Bolívia - Instituto Potosino de Numismática

Eduard D'Argent - Peru - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú

Glenn Stephen Murray Fantom - Espanha - Amigos de la Casa da Moneda de Segovia

Luís Roberto Ponte (in memoriam) - Venezuela - Sociedad Numismática Venezolana - SONUVE

Raúl Tapia Bascopé - Bolívia - Sociedad Numismática Boliviana

Ricardo León Tallavas - México - Sociedad Numismática de México

Richard Cacchione - Peru - Sociedade Numismatica del Perú

Robert Mastalir Divisek - Equador - ANECU - Asociación Numismática Ecuatoriana

O teor dos artigos publicados na Revista Numismática Brasileira é de inteira responsabilidade de seus autores. Os artigos enviadas para publicação, deverão ser de caráter numismático, observadas as normas no final deste volume. Permite-se a reprodução de partes dos textos mediante referência bibliográfica da fonte.

CÉDULAS MILITARES ALIADAS: O DINHEIRO MILITAR DOS ALIADOS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 07

Allied military currency: the military currency of the allies during the second World War
Alexandre José Matos da Costa

UMA BREVE CRONOLOGIA DAS MOEDAS DO BRASIL 19

A brief chronology of Brazilian currencies
Guilherme Castro Andreotti

ICONOGRAFIA RELIGIOSA NA NUMISMÁTICA NACIONAL 49

Religious Iconography in National Numismatics
André Luiz de Castro Padilha

PREÇOS E SALÁRIOS NO IMPÉRIO ROMANO 68

Prices and salaries in the Roman Empire
Gabriel Amaral Lourenço

CÉDULAS DE POLÍMERO: TRANSFORMANDO O CENÁRIO MONETÁRIO GLOBAL COM SEGURANÇA, DURABILIDADE E SUSTENTABILIDADE 80

Polymer banknotes: transforming the global monetary scenario with safety, durability, and sustainability
Pedro Emanuel Rodrigues Aguiar

O INÍCIO DA COLEÇÃO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL 90

The Beginning of the Numismatic Collection of the National Historical Museum
Giovanni Miceli Puperi (sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel)

RESENHA LITERÁRIA 98



Figura 3. XII Florins, 1646.
Fonte: Bentes Art & Publishings, 2023.

Artigo: Uma breve cronologia
das moedas do Brasil, de
Guilherme Castro Andreotti



SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Rua 24 de maio, 247 - 2º andar - São Paulo - SP

Tel.(11) 3222.3534 e 3333-7004

snb@snb.org.br

MISSÃO

**Atender aos anseios dos associados, na promoção
da numismática no Brasil, com ética, responsabilidade
e dentro dos preceitos estatutários.**

VISÃO

Ser o principal referencial da cultura numismática no Brasil

VALORES

A SNB valoriza:

- A - Satisfação dos associados;**
- B - Ética nos seus atos e relacionamentos;**
- C - Competência profissional;**
- D - Integração entre associações;**
- E - Respeito a todas as “Partes interessadas”.**

Palavras do Editor

Celebramos o ano de comemorações do Centenário da SNB – Sociedade Numismática Brasileira, com eventos sendo apoiados em dezenas de cidades no país: Piracicaba, Ribeirão Preto, Canoas, Botucatu, Maceió, Guaratinguetá, Tmbó, Niterói, Presidente Prudente, Itu, São Lourenço, Marília, Penedo, Florianópolis, Bauru, Taquara, Juiz de Fora, Joinville, Fortaleza, Salvador, Manaus, Campinas, Curitiba, Uberlândia, Itapetininga, Brasília, João Pessoa, Arapiraca. Com eventos especiais nas cidades que abrigaram Casas Cunhadoras: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Cuiabá, Salvador. E os eventos especiais de numismática da SNB em São Paulo (março, junho e setembro). Celebrações culminando com o Congresso de Numismática em São Paulo em dezembro.

A RNB é parte destas comemorações com a publicação de dois exemplares neste 2024. Os artigos são sempre selecionados de modo cuidadoso, submetendo-os a membros do Comitê Editorial para que sejam revisados tanto na forma quanto no conteúdo, evitando plágios ou referências inadequadas.

Assim chegamos com a atual contribuição abrangendo estudos sobre cédulas militares, cronologia das moedas do Brasil, iconografia religiosa, preços e salários, cédulas de polímero.

A RNB mantém a contribuição aos estudiosos da numismática e aos colecionadores que podem usar os artigos como base de seus colecionismos, facilitando a organização e manutenção de suas preciosidades.

A SNB agradece de modo singular e expressivo aos autores que disponibilizam seu tempo ao estudo numismático e participam das edições da RNB.

Oswaldo M. Rodrigues Jr.
Editor da Revista Numismática Brasileira

Palavras do Presidente



Caros Associados

Tenho um enorme carinho pela RNB - Revista Numismática Brasileira, a primeira publicação sequencial da Sociedade Numismática Brasileira e que faz também parte da minha biblioteca particular. Teve a sua primeira publicação em 1933 e encerrou a primeira fase em 1954, comandada em todos os números ao longo desses anos, pelo Diretor, Dr. Affonso d'Escrag-nolle Taunay, nosso Presidente Honorário e tivemos também tantos outros redatores, passando por diversas diretorias.

Em nova fase, depois de 64 anos, em 2018, quando fui Presidente da SNB, iniciei a reimpressão dos primeiros números da RNB, para que todos pudessem ter acesso, o que continuei nos anos seguintes até completar um total de 7 volumes e os seguintes foram digitalizados e incluídos no site da SNB.

Em 2019, como Assessor Especial da Presidência, foi dada sequência na Revista Numismática Brasileira, agora em nova fase, mas seguindo a mesma numeração, sendo seu diretor, Oswaldo Martins Rodrigues Júnior. Quando voltei como Presidente, não paramos e agora essa já é a décima primeira edição.

Durante todo o tempo de circulação nas duas fases, recebeu artigos de pesquisadores do Brasil e da América Latina, que fizeram a diferença nas pesquisas numismáticas, além de ser a publicação oficial, que também transcreveu a história da nossa SNB e sendo a antecessora do Boletim da Sociedade Numismática Brasileira que agora circula em paralelo a RNB.

Estamos no final do mandato e a RNB foi uma bandeira defendida e que agora torcemos que tenha continuidade e uma longa duração, para que possamos conhecer a numismática através das brilhantes pesquisas dessa nossa ciência.

Continuemos com a nossa boa leitura.

Gilberto Fernando Tenor

Presidente da Sociedade Numismática Brasileira



CÉDULAS MILITARES ALIADAS: O DINHEIRO MILITAR DOS ALIADOS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

*Allied military currency: the military currency of
the allies during the second World War*

Alexandre José Matos da Costa¹

RESUMO

Este artigo apresenta recorte de um conjunto amplo de pesquisas sobre a utilização de dinheiro em guerras e conflitos. O objetivo é apresentar detalhes das cédulas miliares aliadas (Allied Military Currency) emitidas entre 1943 e 1946 em diversos países durante a Segunda Guerra Mundial e, em mais detalhes, as Liras Militares Aliadas (AM Lire), dinheiro de ocupação emitido e utilizado na Itália. Este foi o dinheiro utilizado pela Força Expedicionária Brasileira durante todo o período de sua atuação no conflito em solo italiano. Para este artigo foram utilizadas fontes documentais da Agência Financeira Militar Aliada (AMFA) disponíveis no National Archives USA, National Archives UK, documentação sobre a Força Expedicionária Brasileira do Arquivo Histórico do Exército e bibliografia numismática especializada no tema.

Palavras-chave: Numismática; História Militar; Guerras; Segunda Guerra Mundial; Dinheiro; Cédulas; Cédulas Militares; Força Expedicionária Brasileira; AM Lire; Lira Militar Aliada.

ABSTRACT

This article is an excerpt from an extensive study of the use of money in war and conflicts. The aim is to present details about the Allied Military Currency issued between 1943 and 1946 in several countries during the Second World War and, more specifically, the

Recebido em 15/07/2024
Aprovado em 20/08/2024

¹Grupo de Pesquisa em História da Casa do Expedicionário - GPHCEX
Sociedade Numismática Brasileira – SNB, Sociedade Numismática Paranaense - SNP. International Bank Note Society – IBNS, Associação Numismática de Portugal. American Numismatic Association

Allied Military Lira (AM Lira), the occupation money issued and used in Italy. This money was used by the Brazilian troops of the Brazilian Expeditionary Force throughout the period of their operations on the Italian front. Historical sources from The National Archives USA, The National Archives UK, Historical Archive of the Brazilian Army and specialized numismatic bibliography were used to write this article.

Keywords: Numismatics; Military History; War; Second World War; Money; Banknotes; Military Banknotes; Brazilian Expeditionary Force; AM Lire; Allied Military Lira.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de preparação e condução de ações em período de conflitos ou guerras é natural a associação com estratégias e táticas militares, soldados, armas, blindados, aviões, etc. Porém, como em qualquer outra atividade, o sucesso ou fracasso da iniciativa tem relação direta com a gestão dos recursos alocados. E um recurso fundamental é o dinheiro. Já citava Tucídides, em referência à Guerra do Peloponeso em 400 a.C.: “... a guerra não é tanto uma questão de armas quanto de dinheiro, pois é o dinheiro que torna as armas disponíveis...”

A Segunda Guerra Mundial, por ser o maior conflito bélico da história, exigiu a adoção de inúmeras novas soluções estratégicas e tecnológicas em curto espaço de tempo e no âmbito financeiro e monetário não foi diferente. Poucos países tinham experiência neste tipo de controle em situação tão crítica.

Durante o conflito os aliados criam as Cédulas Militares Aliadas, dinheiro emitido e introduzido em circulação durante as ações militares de retomada de territórios ocupados pelo Eixo. Em 2024, 81 anos após a emissão da primeira Cédula Militar Aliada, este artigo conta um pouco desta história.

A UTILIZAÇÃO DE DINHEIRO NAS GUERRAS

Ao longo dos séculos, diversas formas de dinheiro foram utilizadas como suporte e apoio às operações militares. No cerco de Tyre (1122), o Doge Domenico Micheli recorreu ao recurso de pagamento das tropas com “dinheiro de couro” que, como promessa, seriam convertidos em moeda de curso normal posteriormente quando retornassem a Veneza. Durante

a Revolução Americana os britânicos recorreram à falsificação do dinheiro inimigo, recurso também utilizado por Napoleão durante suas campanhas austríacas e russas. Os franceses imprimiram notas do Reichsbank e as introduziram em circulação na Alemanha quando da ocupação do Ruhr em 1923.

Durante a Guerra das Sete Semanas entre a Prússia, Áustria, Baviera, Saxônia, Hannover e certos estados alemães menores em 1866, recibos de bens requisitados eram usados como moeda de curso legal. Mecanismo similar foi utilizado pelos alemães durante a Guerra Franco-Prussiana de 1870/71. Os britânicos ainda foram um pouco mais longe e fizeram esses recibos facilmente negociáveis durante a Guerra Boer de 1899-1902.

Durante a Guerra Russo-Japonesa de 1905, os japoneses emitiram dinheiro especial de ocupação na Coreia e Manchúria. A aceitação generalizada do dinheiro nessas áreas foi incentivada pelas autoridades japonesas às autoridades chinesas civis locais. Os alemães e os austríacos emitiram dinheiro de ocupação durante a Primeira Guerra Mundial, como fizeram os ingleses na sua ocupação de Archangel durante e após a mesma guerra.

OS TIPOS DE DINHEIRO UTILIZADOS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Durante a Segunda Guerra Mundial, três tipos de dinheiro foram utilizados. Os primeiros foram conhecidos como *spearhead* ou cédulas de ocupação que, como indica o nome, foram transportadas para as áreas a serem ocupadas no momento da invasão pelas forças militares. No momento da invasão, o cenário ideal seria ter estoques adequados e disponíveis da moeda local para uso pelas forças invasoras, o que não era factível na prática. Por isso, as cédulas de ocupação eram utilizadas até que as cédulas locais ou as cédulas militares suplementares viessem a ficar disponíveis.

Os Estados Unidos usaram as notas de dólar (certificados de prata) regulares como cédula de ocupação no Norte da África. A fim de diferenciar as notas que circulariam nas regiões de conflito das notas americanas convencionais, as de ocupação foram impressas com um selo amarelo no lugar do tradicional selo azul. Por esta característica, elas ficaram conhecidas como *Dollar Yellow Seal*.



Figura 1. Nota de Dollar Yellow Seal (selo amarelo) utilizada na ocupação do Norte da África.

As notas locais dos países invadidos foram o segundo tipo de dinheiro utilizado durante o conflito. Em locais onde havia disponibilidade de numerário e uma situação econômica mais estabilizada, as notas locais permaneciam como dinheiro de curso legal sendo reconhecidas como oficiais pelas forças de invasão. Ocasionalmente, dinheiro local era emitido por um governo no exílio para uso em áreas de conflito como uma antecipação das ações de restauração do governo. Estas notas poderiam ser complementadas com o uso das cédulas de ocupação, de acordo com a necessidade.

O terceiro tipo foram as cédulas militares. Estas cédulas, normalmente, eram destinadas a complementar o dinheiro local, visando o aumento do volume de numerário e do meio circulante nas regiões ocupadas de forma a possibilitar que a economia local se recuperasse mais rapidamente. No entanto, houve duas exceções a esta regra. Uma ocorreu quando a Autoridade Militar Britânica, por razões políticas e financeiras, emitiu liras na Tripolitânia para substituir integralmente a lira italiana. A outra exceção ocorreu quando Schillings Militares Aliados (AM Schiling) foram emitidos na Áustria para substituir completamente o Reichsmark buscando eliminar toda e qualquer referência alemã fora do território alemão.

Tanto os países do Eixo quanto os Aliados fizeram uso destes tipos de dinheiro durante o conflito, cada qual com características específicas às suas necessidades.

O PLANEJAMENTO MONETÁRIO DE OCUPAÇÃO ALEMÃO

Desde o início do conflito, o objetivo alemão era a incorporação e aneação de territórios ao Reich através de ações de ocupação. Por isso, como parte do planejamento de suas ações, as autoridades alemãs preparavam antecipadamente o controle de moeda nas áreas que seriam ocupadas, agindo de forma a facilitar a pronta obtenção dos valores necessários de dinheiro e crédito para apoiar as forças.

Os alemães utilizaram com sucesso e em grande escala várias moedas de ocupação. Logo após a tomada de uma região, na maioria dos casos, a primeira moeda introduzida era o *Reichskreditkasse Mark*, uma moeda de papel impressa em alemão e expressa em unidades monetárias alemãs. Esta moeda circulava concomitantemente com a moeda nacional a taxas de câmbio pré-definidas, sendo que as duas moedas tinham a chancela de curso legal.



Figura 2. Exemplos de cédulas de ocupação alemã, o Reichskreditkasse Mark.

O *Reichskreditkasse Mark* alemão, no entanto, não era de curso legal dentro da Alemanha. Seu uso era geralmente uma medida temporária e, quando as condições locais permitissem, o *Reichskreditkasse Mark* era retirado de circulação em favor de um tipo de moeda mais familiar e, portanto, mais aceitável, para a população local. Em alguns casos, como na Dinamarca e na França, a moeda usada foi a própria moeda local emitida pelo governo

pré-ocupação e reeditada pelo governo nazista do território ocupado. Em outros, houve emissão de novas moedas sejam nas unidades monetárias pré-ocupação ou unidades monetárias também totalmente novas. Nas regiões efetivamente incorporadas ao Reich, a moeda alemã de circulação normal da época substituiu tanto o *Reichskreditkasse Mark* quanto a moeda local.

A SOLUÇÃO ALIADA: ALLIED MILITARY CURRENCY

Os aliados não estavam tão bem preparados como os alemães para ações de controle monetário nos territórios libertos e ocupados. Também havia convicção que, quando em retirada, os alemães adotariam ações de “terra arrasada” destinadas a dificultar o avanço aliado. No aspecto monetário esta convicção se confirmou e para agravar ainda mais as dificuldades em manter a ordem pública, os alemães em retirada adotaram ações opostas no Norte da África e na Itália, as duas primeiras grandes ocupações aliadas.

Na Tunísia, os alemães fizeram circular grandes quantidades de cédulas do Banco de Prance, aumentaram várias vezes os níveis salariais para determinadas classes de funcionários, patrocinaram o mercado negro local e pagaram colaboracionistas generosamente, gerando forte pressão inflacionária na região. Foi necessário restaurar a autoridade do governo Franco-Africano, recolher as cédulas despejadas no mercado pelos alemães, trocando-as de forma controlada, por cédulas do Banco de Argel.

Na Sicília a atuação foi em sentido oposto, mas também gerando problemas de ordem monetária. Alguns meses antes da invasão e ocupação aliada, de forma deliberada e intencional, o governo italiano reduziu drasticamente o volume de moeda em circulação, tornando o dinheiro cada vez mais escasso. Esta ação danosa foi bem sucedida na medida em que as atividades comerciais, mesmo as mais comuns, tornaram-se quase impossíveis. Os bancos locais foram ordenados por Mussolini a destruir e queimar estoques de cédulas antes da chegada das tropas aliadas.

Diferente da situação do Norte da África, para o cenário da Itália onde havia escassez de meio circulante, a solução adotada foi a criação e utilização das Cédulas Militares Aliadas, as *Allied Military Currency (AMC)*. Mais tarde, esta mesma solução foi adotada em outros territórios retomados pelos Aliados.

Em 09/07/1943 os aliados desembarcavam na Sicília, dando início à Operação Husky que chegou ao fim em 17/08/1943 com a tomada completa da ilha. Como parte desta operação e em total segredo, o primeiro tipo de cédula militar aliada foi emitido: as *Allied Military Lire* (AM Lire) ou Liras Militares Aliadas.

As Liras Militares Aliadas foram litografadas pelos aliados durante a fase de preparação da Operação Husky por duas empresas americanas: *Bureau of Engraving and Printing – BEP*, em Washington e *Forbes* em Boston. Para o sucesso completo da operação era fundamental que as novas cédulas estivessem disponíveis para introdução no país assim que a tomada da ilha estivesse completa, permitindo um controle mais efetivo da circulação de dinheiro no país. Inicialmente as cédulas deveriam circular apenas no ambiente militar, porém, em função da falta de dinheiro em circulação na Itália, se tornaram cédulas de circulação de curso legal no país juntamente com o pouco de liras italianas que ainda estavam disponíveis.

Foram estas cédulas que os combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) utilizaram durante o período que lutaram na Itália. Há várias referências às Liras Militares Aliadas nos relatos de guerra dos ex-combatentes brasileiros. Entre julho/44 e o final da guerra, período de permanência brasileira no Teatro de Operações da Itália, 341 milhões de Liras Militares Aliadas circularam entre os brasileiros, seja para pagamento de salários e remunerações, seja para despesas diversas da tropa.

A primeira emissão das Liras Militares Aliadas, chamada de *Series 1943*, entrou em circulação em agosto de 1943 e foi composta por cédulas de 8 valores faciais e dois tamanhos distintos. As cédulas de 1, 2, 5 e 10 liras tinham um formato de 78 x 67 mm enquanto as cédulas de 50, 100, 500 e 1.000 liras eram mais horizontais com um tamanho de 156 x 67 mm. O volume total de cédulas emitidas nesta emissão foi o equivalente a 15,5 bilhões de liras, o que representava US\$155 milhões em valores da época.



Figura 3. Exemplos de Cédulas Militares Aliadas AM Lire – Primeira Emissão - Series 1943

Embora toda a impressão tivesse sido iniciada em 10 de junho de 1943, a inclusão do nome do país e do nome da moeda somente teve início em 13 de julho de 1943, de forma a ajudar a manter o caráter secreto da operação.

Infelizmente, o estilo e o tamanho dessas notas eram de tal simplicidade que suas reproduções ou adulterações não apresentaram grandes desafios aos falsificadores locais, que pareciam ser bastante numerosos em parte da Itália. A cada dia, os aliados observavam aumento no volume de cédulas falsificadas.



Figura 4. Exemplar de AM Lire adulterada

Além das falsificações, o numerário em circulação se mostrava insuficiente para atender a todas as necessidades do país. Por isso, em meados de 1944 foi lançada uma segunda emissão de Liras Militares Aliadas, denominada “*Series of 1943 A*”.

Em razão do aumento da inflação no país, a segunda emissão não contou mais com as cédulas de 1 e 2 liras, pois os valores não eram mais significativos, sendo disponibilizados apenas com os seguintes valores: 5, 10, 50, 100, 500 e 1.000 liras, com os mesmos tamanhos da emissão anterior.

Visando dificultar a falsificação e adulteração, as cédulas da segunda emissão trouxeram melhorias na marca d’água e passaram a expressar os valores também em extenso. Outra novidade foi tornar as cédulas bilíngues: enquanto as cédulas da primeira série traziam os textos somente em inglês, as da segunda série traziam os textos também em italiano.

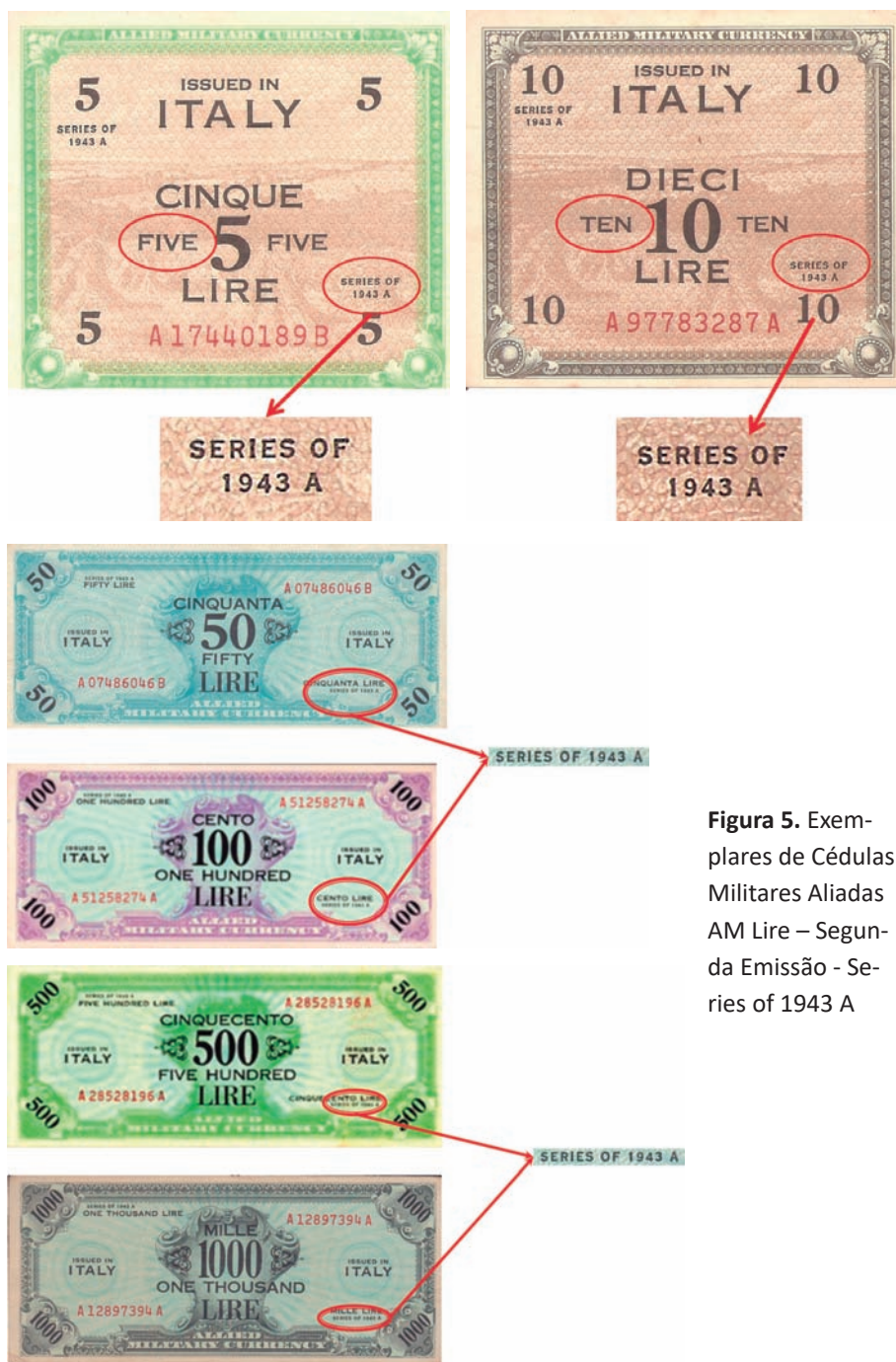


Figura 5. Exemplos de Cédulas Militares Aliadas AM Lire – Segunda Emissão - Series of 1943 A

A segunda emissão foi totalmente impressa pela Forbes e, por isso, traziam a sua marca registrada. A série 1943A substituiu a 1943 que foi retirada de circulação e destruída. Esta troca ocorreu em algum momento de 1944 e a data precisa não é conhecida.



Figura 6. Destaque para a marcação que indica que a cédula foi impressa pela empresa Forbes. As cédulas impressas pelo Bureau of Engraving and Printing não possuem esta marcação.

No anverso das cédulas das duas séries constam os dizeres: “Allied Military Currency”, “Issued in Italy”, “1 Lira” (e demais valores) e, no verso, as seguintes frases: “Freedom of Speech”, “Freedom of Religion”, “Freedom from Want” e “Freedom from Fear”, ou seja, “Liberdade de Expressão”, “Liberdade de Religião”, “Ausência de Miséria” e “Libertação do Medo” e no centro a marca d’água “Allied Military Currency”.

Considerando as duas séries, a Autoridade Militar Aliada emitiu aproximadamente 142 bilhões de Liras Militares Aliadas, o equivalente a US\$1,42 bilhões de dólares à época. Em valores atualizados, o montante de Liras Militares Aliadas introduzido em circulação na Itália no período entre agosto/43 e junho/45 foi de aproximadamente US\$25 bilhões.

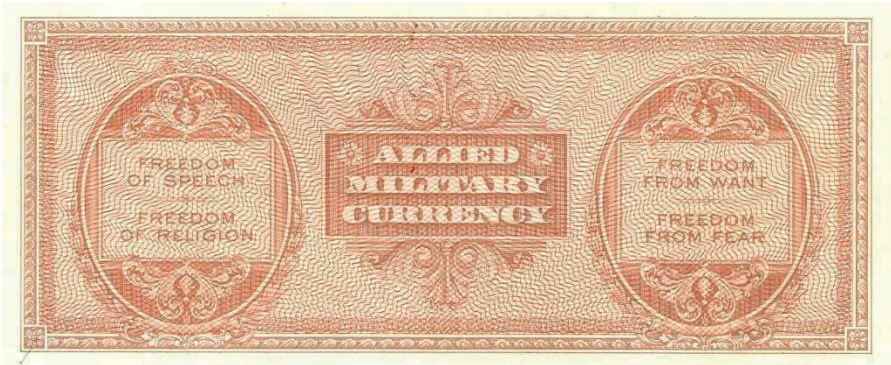


Figura 7. Verso de uma cédula AM Lire.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Cédulas Militares Aliadas foram o maior esforço de emissão conjunta de dinheiro em tempos de guerra. Iniciando em 1943 com as Liras Militares Aliadas na Itália, a experiência obtida nesta operação foi fundamental para a introdução de outras cédulas militares nas operações de ocupação seguintes: França (AM Franc), Áustria (AM Shilling), Alemanha (AM Mark) e Japão (AM Yen).

Além de possibilitar melhor controle monetário nos territórios recém-retomados, ter um tipo novo de dinheiro permitiria aos Aliados, sem grandes dificuldades, sua imediata desmonetização (perda de valor) caso caíssem em mãos inimigas. Como a troca das Cédulas Militares Aliadas por dinheiro de curso internacional somente poderia ser feita junto à Autoridade Financeira Aliada por órgãos das forças armadas aliadas, elas seriam apenas papéis sem valor caso estivessem sob a posse dos inimigos.

REFERÊNCIAS

- Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Documentação da Força Expedicionária Brasileira. Localização: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.
- National Archives (UK). WO 204 - War Office: Allied Forces, Mediterranean Theatre: Military Headquarters Papers, Second World War. Localização: National Archives UK, Kew Gardens, London, UK.
- National Archives (USA). Records of Allied Operational and Occupation Headquarters, World War II. Localização: National Archives USA, Maryland, USA.
- Sandoval, M. (2012). Emissões da Ocupação Militar após o Desembarque na Europa (1943 – 1958). Boletim Informativo da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina, número 65, p. 4-14.
- Schwan, C. F., & Boling, J. E. (1995). World War II Remembered. History In Your Hands – A Numismatic Study. BNR Press.
- Taracchini, A. (1999). Addio, cara Lira: storia illustrata della moneta che ha accompagnato per duecento anni la vita del nostro paese. Banca Popolare dell'Emilia Romagna, p. 150.



UMA BREVE CRONOLOGIA DAS MOEDAS DO BRASIL

A brief chronology of Brazilian currencies

Guilherme Castro Andreotti*

RESUMO

O presente artigo almeja evidenciar alguns pontos essenciais para a compreensão da Numismática brasileira. Iniciando pelas primeiras moedas a circularem oficialmente no Brasil (1555/1568), e logo após pela circulação de moedas espanholas na colônia em virtude da União Ibérica (1580), além das primeiras moedas cunhadas em solo brasileiro e com o nome do Brasil (1645/1646), produzidas pelos holandeses em Pernambuco. Em seguida, aborda a criação da primeira Casa da Moeda do Brasil (1694), bem como sua agenda itinerante ao longo dos anos. Evidencia também, aspectos da chegada da Família Real ao Brasil (1808) no início do século XIX, acarretando importantes medidas econômicas, como a cunhagem dos 960 Réis, o carimbo de Escudete e a criação do primeiro Banco do Brasil. Segue, após o Reino Unido (1815) e a Independência (1822), abordando a moedagem do Império, o qual seguiu com o Real, que perdurou até 1942 (República), quando foi substituído pelo Cruzeiro. A troca de moeda, frente à inflação, ocorreu por diversas vezes no século XX, passando pelo Cruzeiro Novo (1967), Cruzeiro (1970), Cruzado (1986), Cruzado Novo (1989), Cruzeiro (1990), Cruzeiro Real (1993) e o Real (1994).

Palavras-chave: numismática, moeda, provisão, Carta Régia.

ABSTRACT

This article aims to highlight some essential points for understanding Brazilian numismatics. It begins with the first coins officially circulating in Brazil (1555/1568), followed by the circulation of Spanish coins in the Portuguese colony due to the Iberian Union (1580), and the first coins minted on Brazilian soil and bearing the name of Brazil (1645-1646), produced by the Dutch in Pernambu-

Recebido em 15/07/2024
Aprovado em 20/08/2024

*Graduando em Arqueologia pela Universidade Federal de Rio Grande, RS. Email: guyvaronil@gmail.com

co. Next, it addresses the establishment of the first Brazilian Mint (1694) and its itinerant agenda over the years. It also highlights aspects of the arrival of the Royal Family in Brazil (1808) at the beginning of the 19th century, leading to important economic measures such as the minting of the 960 Réis, the Escudete stamp, and the creation of the first Bank of Brazil. It continues, after the United Kingdom (1815) and Independence (1822), addressing the coinage of the Empire, which continued with the Real, lasting until 1942 (Republic), when it was replaced by the Cruzeiro. Currency changes, in the face of inflation, occurred several times in the 20th century, transitioning through the Cruzeiro Novo (1967), Cruzeiro (1970), Cruzado (1986), Cruzado Novo (1989), Cruzeiro (1990), Cruzeiro Real (1993), and the Real (1994).

Keywords: numismatics, coin, provision, Royal Charter.**Keywords:** numismatics, coin, provision, Royal Charter.

INTRODUÇÃO

Os pesquisadores que se aprofundam no estudo da Numismática brasileira, ou apenas colecionam as cédulas e moedas (ou medalhas) que fazem parte da história do Brasil, possivelmente já observaram um certo desconhecimento por parte da população com relação à história das moedas que circularam no país. Entretanto, o Brasil possui uma história monetária rica e diversificada, com diversos planos e sistemas monetários que remontam ao século XVI. Na universidade, ao me aprofundar de vez na Numismática Brasileira e Antiga, confrontei-me novamente com a realidade mencionada acima, permeada dessa vez em meu ciclo acadêmico. Por tanto, como pesquisador, colecionador e futuro arqueólogo, me senti na obrigação de contribuir, resumindo e evidenciando alguns pontos que, a meu ver, são essenciais para a compreensão da numismática no Brasil, não somente para a população geral, mas também e principalmente para os arqueólogos, em especial aqueles que trabalham com a Arqueologia “Histórica” do país. Afinal, dados os contextos cultural, econômico, social e religioso em que a moeda circulou, correndo sempre como uma fonte ligada direta, ou indiretamente à acontecimentos marcantes da História recente deste território, vejo com grande importância que, tanto arqueólogos quanto historiadores tenham, ao menos, uma visão geral da cronologia das moedas que circularam por aqui. Isto é, quando pensamos nas moedas que já circularam no Brasil, acredito que seja fácil imaginar que o ponto de partida deste estudo está atre-

lado à chegada dos colonizadores que se estabeleceram no “território brasileiro” a partir de 1500. Tendo em vista, principalmente, a não utilização de tal recurso pelos nativos que aqui habitavam. Porém, apesar das moedas que chegaram e circularam pelo Brasil a partir de 1500, é preciso enfatizar que existem as moedas “oficiais” que compõem a coleção de moedas brasileiras, cunhadas no Brasil (para correrem aqui), ou cunhadas em Portugal, mas destinadas ao Brasil, e/ou, cunhadas para outras regiões, porém, autorizadas por lei a circularem no Brasil (*Bentes Art & Publishings*, 2023b). Emissões que serão abordadas brevemente neste artigo, com o objetivo principal de introduzir o leitor aos padrões monetários que vigoraram no país (com destaque à Colônia e ao Império), como também discorrer sobre algumas curiosidades da Numismática brasileira.

As moedas do Brasil desde 1555

O pontapé inicial para a circulação oficial de moedas no Brasil não inicia em 1500 com o “descobrimento”. Foi somente em 1555 e posteriormente em 1568 que as primeiras moedas começaram a circular oficialmente por aqui. Até esse momento, circulavam no Brasil, além das moedas da metrópole que chegavam com os portugueses, moedas de diversos locais ao redor do mundo, trazidas pelos colonizadores, ou demais invasores que passavam por aqui, circulando, principalmente, pelo valor intrínseco (peso do metal), (*Bentes Art & Publishings*, 2023e). Quando idealizei este artigo, acreditava que as primeiras moedas a circularem oficialmente no Brasil, eram aquelas de cobre, autorizadas no Reinado de D. Sebastião I (1568). Porém, ao quase terminar este trabalho, fui surpreendido pela inclusão das moedas de São Vicente à coleção brasileira, que se encontra exclusivamente na 9ª edição do “Livro Bentes de Moedas do Brasil”, de Rodrigo Maldonado (2023). Antes da inclusão das moedas de São Vicente à coleção brasileira, já existiam “boatos” quanto à sua circulação e, principalmente, cunhagem no Brasil colonial, mais precisamente, na própria Capitania de São Vicente, durante o início da colonização portuguesa. Porém, até o presente momento, nenhum exemplar que possa comprovar essa conjectura (relacionado à cunhagem) foi encontrado (Tupinambá, 2023, p. 136-137). As moedas de São Vicente

foram cunhadas em Portugal pela primeira vez no Reinado de D. João III (Lei de 10 de junho de 1555 e Alvará de 28 de julho do mesmo ano). Produzidas em ouro nos valores de 1.000 e 500 Reais, foram denominadas, respectivamente, “São Vicente” (figura 1) e “meio São Vicente”, levando consigo uma iconografia diferente a partir da representação do santo padroeiro de Lisboa, como uma forma de propaganda religiosa nos territórios pertencentes à Coroa Portuguesa. Iniciadas em 1555, foram continuadas na Regência/Reinado de D. Sebastião I (1557), porém, com algumas diferenças (dimensões e iconografia). Foi no Reinado de D. Sebastião I também, que essas moedas deixaram de ser cunhadas, mas continuaram a circular livremente, até serem recolhidas durante o Reinado de D. João IV (Tupinambá, 2023, p. 129-135; Maldonado, 2023, p. 17-18, 76-77). De acordo com Maldonado (2023, p. 18), as moedas de São Vicente foram “destinadas à circulação em São Vicente, Primeira Vila e Paróquia do Brasil”.



Figura 1. São Vicente. Fonte: Museu Casa da Moeda (Portugal), 2024.

Em 1568, movido pela imensa falsificação de moedas portuguesas (cobre), Dom Sebastião I, através da **Provisão de 3 de março de 1568**, desvalorizou algumas moedas de cobre que circulavam na metrópole e em outros territórios portugueses, como também determinou e oficializou a circulação dessas moedas nas colônias de Portugal, abrangendo, claro, o Brasil. A Provisão saiu de Portugal no dia 29 de março de 1568, chegando ao Brasil em setembro do mesmo ano,

quando, a partir da Bahia, se enviou a notícia de que as moedas de cobre do Padrão Real Português foram oficializadas e reajustadas da seguinte maneira: de X, V, III e I para 3, 1½, 1 e ½ Reais/Réis, respectivamente (Mesquita, 2022, p. 58-59; *Bentes Art & Publishings*, 2023b). A moeda da figura 2, no valor de 1 Real, por exemplo, foi autorizada a circular no Brasil pelo valor de ½ Real. Cabe destacar também que, apesar da inclusão das moedas de São Vicente à coleção brasileira, a **Provisão de 1568** continua sendo o primeiro documento a oficializar explicitamente a circulação de moedas no Brasil (Maldonado, 2023, p. 20, 82).



Figura 2. 1557 – 1578. Fonte: @fc.coins (Instagram), 2023.

Em 1580, doze anos após a Provisão de 1568, ocorre a controversa União Ibérica, com a subida de Felipe II, Rei da Espanha, ao trono de Portugal (Antunes; Maldonado, 2023)¹. Como consequência dessa união, é “facilitada” a circulação de moedas do Padrão Real Espanhol (plural Reales) na metrópole e nas colônias de Portugal (ou hispano-americanas, no Brasil), moedas essas que chegavam em grandes quantidades ao Brasil através do comércio pelo Rio da Prata (Coimbra, 1959a, p. 231-233; *Bentes Art & Publishings*, 2023e). Para

¹D. Sebastião I não possuía herdeiros. Após morrer em batalha, foi sucedido pelo seu tio e Cardeal D. Henrique I que, já com idade avançada, também não possuía herdeiros. O fato permitiu que, após a sua morte, Felipe II da Espanha reivindicasse o trono de Portugal, considerando que era neto de D. Manuel, Rei de Portugal. Assumindo, torna-se Felipe I de Portugal (Antunes; Maldonado, 2023).

ter uma ideia, as moedas de Portugal e Espanha chegaram a ser equiparadas em 1582: 8, 4, 2, 1 e ½ Reales, equivaliam a 320, 160, 80, 40 e 20 Réis, respectivamente (Coimbra, 1959a, p. 233). Mas além da circulação de moedas espanholas no Brasil, também foram prejudicadas as relações comerciais entre Portugal, suas colônias e as Províncias Holandesas, cujo território encontrava-se em constante conflito pela independência frente à dominação espanhola (*Bentes Art & Publishings*, 2023i). Após perder um vantajoso comércio com Portugal e (principalmente), visando uma expansão comercial, os Países Baixos, agora “independentes”, criam, em 1602, a *Vereenigde Geoctoyeerde Oostindische Compagnie* (VOC), ou melhor, a Companhia Privilegiada das Índias Orientais. Com o êxito da VOC, os holandeses passaram a mirar, também, o comércio com as colônias do ocidente, resultando na criação, em 1621, da *Geoctoyeerde West-Indische Compagnie* (GWC), ou, Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. A GWC foi responsável pela invasão e ocupação do nordeste brasileiro durante a união entre as coroas de Portugal e Espanha, principalmente na década de 1630, quando, após a ocupação, o alemão José Maurício de Nassau-Siegen chega ao Brasil (1637) com a função de administrar as terras e erguer a indústria açucareira. Mas apesar da boa administração de Nassau, expressa pela diplomacia (senhores de engenho e população), investimentos na região e conquistas militares, o comércio açucareiro e a GWC começam a decair em função da queda do preço açúcar, além dos vários empréstimos concedidos e não honrados pelos senhores de engenho, resultando assim, na demissão de Nassau em 1644. Esses fatores, combinados ao restauro da Coroa Portuguesa em 1640, na figura de Dom João IV, desencadearam uma nova série de conflitos entre os luso-brasileiros da região, portugueses e os holandeses, até sua total expulsão do Brasil em 1654 (Antunes; Maldonado, 2023). Durante esse período, a GWC cunhou, em 1645 e 1646, as primeiras moedas (obsidionais) em solo brasileiro e com o nome do Brasil (Antunes; Maldonado, 2023; Porto; Hora, 2021). Produzidas em ouro, em Recife, nos valores de III, VI e XII (Figura 3) Florins (Antunes; Maldonado, 2023; Coimbra, 1959a, p. 239; Costa, 1973, p. 328), circularam pelo Nordeste com a finalidade de arcar com os gastos dos holandeses na região. Interessante, também, mencionar que, em

1654, foram cunhadas moedas de prata de XII soldos, possuindo um formato semelhante, porém, unifaciais e sem o nome do Brasil (Antunes; Maldonado, 2023).



Figura 3. XII Florins, 1646. Fonte: Bentes Art & Publishings, 2023

Após a Independência de Portugal da Espanha, em 1640, as moedas hispano-americanas continuaram a circular no Brasil, afinal, tal evasão não era interessante para a economia luso-brasileira. E justamente para evitar a saída das moedas espanholas que circulavam em Portugal (e colônias), foi ordenado, pelo **Alvará de 26 de fevereiro de 1643**, que as moedas de prata de 8 e 4 Reales fossem nacionalizadas (carimbos coroados) com os valores de 480 (Figura 4) e 240 Réis Portugueses (Coimbra, 1959b, p. 447). **Pelo Alvará e Apostila de 10 de março de 1643**, a nacionalização das moedas hispano-americanas de prata, também procedeu no Brasil (Maldonado, 2023, p. 86, 97)². O aumento do valor dos metais, na época, em decorrência das guerras de Portugal contra Espanha e Países Baixos, já havia feito com que fosse ordenado, pelos Alvarás de 1º e 3 de fevereiro de 1642, que as antigas moedas de prata de Portugal fossem carimbadas com um aumento de 20% no valor facial para que o lucro fosse revertido para

²Em 1652, os carimbos de 1643 foram aplicadas novamente no Brasil, porém, com a criação de um novo e exclusivo carimbo no valor de 120 Réis para as moedas de 2 Reales (Maldonado, 2023, p. 86, 94, 97).



Figura 4 – Carimbo coroado de 480 sobre 8 Reales.

Fonte: Moedas do Brasil, créditos: Stack's-Bowers, 2023.

a guerra, além de almejar que essas moedas não saíssem do meio circulante português. Os carimbos aplicados (não coroados) foram de 50, 60, 100 e 120 Réis (Coimbra, 1959b, p. 445-447). As moedas carimbadas em 1642, foram carimbadas somente em Portugal, porém, a partir do Termo de 11 de abril de 1644, as moedas com os carimbos de 100 e 60 Réis passaram a circular livremente por aqui nos valores de 160 e 80 Réis (Maldonado, 2023, p. 97). Outro aumento no valor extrínseco das moedas de prata (espanholas e portuguesas), dessa vez em 25%, ocorreu em 1663 (exemplo na figura 5) como uma forma de Portugal, na figura de D. Afonso VI, precaver-se frente à uma possível invasão espanhola (despesas militares), além de também objetivar a manutenção desse numerário no meio circulante português (Coimbra, 1959b, p. 450-451). Este levantamento foi acompanhado também pelo aumento de 12,5% nas moedas de ouro, ambos determinados pelas leis de 20 de novembro de 1662 e 22 de março de 1663, sendo promulgados no Brasil pelo Conde de Óbidos através do regimento de 7 de julho de 1663. Estes carimbos, com exceção daqueles destinados às moedas de ouro (1, 2 e 4 mil Réis – figura 6), foram aplicados com algumas diferenças entre Portugal e Brasil (*Bentes Art & Publishings*, 2023f). Durante a Regência e o Reinado de D. Pedro II de Portugal, ocorreram outros importantes levantamentos, um de 10% nas moedas de ouro em 1668, com a aplicação dos carimbos de 1.100, 2.200 e 4.400 (figura 6) Réis em Portugal; Outro em 1679 (so-



Figura 5 – Carimbo coroado de 500 sobre 1 Cruzado (400 Réis) de D. João IV.
Fonte: Moedas do Brasil, créditos: Heritage Auctions, 2023.



Figura 6. Moeda de ouro com cordão, Esfera Coroada, carimbo de 4 Coroado e carimbo de 4400 Coroados. Fonte: Museu Casa da Moeda (Portugal), 2024.

mente no Brasil), com a aplicação dos carimbos de 80, 160, 320 e 640 Réis em moedas hispano-americanas de prata (Maldonado, 2023, p. 98); E outro de 20% nas moedas de ouro e prata de Portugal em 1688 (sem a aplicação de contramarcas), (Coimbra, 1959b, p. 454).

Além dos constantes levantamentos, acompanhados em sua grande maioria pela carimbagem de moedas portuguesas ou estrangeiras, as moedas de Portugal e Espanha trouxeram outro problema para o Brasil (além das falsificações que inundavam o comércio), o

cerceamento. O cerceamento citado, nada mais é que o ato de cortar, aparar ou justamente cercear os bordos de uma moeda com o objetivo de extrair um pouco do metal precioso enquanto a moeda continua com o mesmo valor nominal e poder aquisitivo. D. Pedro II adotou várias medidas para evitar o cerceamento em seu Reinado, dentre elas, uma das quais a execução também se deu no Brasil. Em maio de 1686, foi ordenada a aplicação de um cordão na serrilha, acompanhada pelo carimbo denominado “Esfera Coroada” (figura 6), nas moedas de ouro de Portugal (*Bentes Art & Publishings*, 2023h). Em agosto do mesmo ano, essa aplicação se estendeu às moedas de ouro de reinados anteriores que continuavam em circulação. No Brasil, essa aplicação se deu através da Carta Régia de 17 de março de 1688, abarcando também as moedas de prata (Maldonado, 2023, p. 137-138). Foi no Reinado de D. Pedro II também, que as moedas de ouro e prata passaram a receber a serrilha através da cunhagem mecânica (Maldonado, 2023, p. 146).

Em meio às carimbagens, as moedas provenientes da metrópole continuaram a circular livremente no Brasil. Havia, porém, vários problemas no meio circulante brasileiro. A Lei de 4 de agosto de 1688, que ordenava o aumento de 20% sobre o valor das moedas de ouro e prata de Portugal, além de estipular que as moedas espanholas passassem a circular de acordo com o peso, acabou prejudicando a circulação monetária no Brasil, estimulando a fuga do numerário e desvalorizando as moedas hispano-americanas que circulavam em grande quantidade. Além do mais, o comércio com os portugueses e as remessas de lucro para Portugal, faziam com que houvesse uma escassez monetária na colônia. Essa evasão do numerário português no Brasil, era prejudicial, principalmente, para a arrecadação de impostos por parte da metrópole. Esses fatores, combinados à circulação de moedas falsas e cerceadas (*Bentes Art & Publishings*, 2023a), acarretaram a criação da primeira Casa da Moeda do Brasil (Salvador), por meio da **Lei de 8 de março de 1694**, sancionada por D. Pedro II de Portugal (Coimbra, 1959b, p. 459-460). Sua finalidade era cunhar moedas de ouro e prata com uma valorização de 10% sobre a lei de 1688 para circularem na colônia (padrão fraco). Ou seja, moedas mais leves, porém, com maior valorização do metal frente as moedas da me-

trópole, uma tática que almejava desestimular a fuga do numerário no Brasil (*Bentes Art & Publishings*, 2023a). Além disso, foi proibida também, em 1695, a circulação de moedas de ouro de Portugal em quaisquer Capitanias do Brasil (Coimbra, 1959b, p. 461; *Bentes Art & Publishings*, 2023c). Nos primeiros anos de sua fundação, a Casa da Moeda adotou uma postura itinerante em função das demandas regionais, sendo transferida de sede várias vezes em um curto espaço de tempo. Na Bahia, se estabeleceu até 1698, quando se transferiu para o Rio de Janeiro em 1699 (Carta Régia de 12 de janeiro de 1698); foi para Pernambuco em 1700 (Resolução de 20 de janeiro de 1700) e voltou ao Rio de Janeiro em 1702 (Carta Régia de 31 de janeiro de 1702), quando foi ordenada a cunhagem (somente) de moedas de ouro do padrão forte para circularem na metrópole (Coimbra, 1959b, p. 468-474). Inicialmente, a Casa da Moeda fabricou moedas de prata nos valores de 20, 40, 80, 160, 320 e 640 (Figura 7) Réis (série patacas), e moedas de ouro nos valores de 1.000, 2.000 e 4.000 (figura 8) Réis. Pela necessidade de peças com um menor valor facial, porém, (Coimbra, 1959b, p. 474; *Bentes Art & Publishings*, 2023i), moedas de cobre nos valores de XX, X e V Réis destinadas à África e cunhadas em Portugal, foram enviadas ao Brasil pela **Carta Régia de 10 de fevereiro de 1704** (Gomes, 2021, p. 85; Coimbra, 1959b, p. 474; *Bentes Art & Publishings*, 2023i), afinal, foi somente no Reinado de D. João V (1706-1750) que iniciaram as cunhagens de moedas de cobre exclusivas



Figura 7. 1695, BA. Fonte: @fc.coins (Instagram), 2022.

Capitanias, cunhando moedas do padrão fraco (mais leves) e forte (mais pesadas) para circularem no Brasil ou em Portugal (somente em ouro). Pela **Provisão de 18 de março de 1714**, foi restabelecida uma Casa da Moeda na Bahia e outra em 1725 em Minas Gerais (**Carta Régia de 19 de março de 1720**), perdurando até 1734. Outro fato que chama a atenção, é o volume de moedas de ouro cunhadas no Brasil durante o século XVIII para circularem na metrópole, onde se destacam as séries dos Dobrões (Figura 10) e dos Escudos, ambas iniciadas no Reinado de D. João V (Coimbra, 1959c, p. 216-227).



Figura 10. 20000 Réis/Dobrão, MG, 1725. Fonte: Numista, créditos: Heritage Auctions, 2023

No decorrer do século XVIII, a extração de ouro prosperava em Minas Gerais, onde também circulavam o ouro em pó e em barra, ambos autorizados em 1719. Pela **Carta Régia de 19 de março de 1720**, foi ordenado que o ouro em barra circulasse marcado com o Brasão de armas do Reino e as informações da peça e oficina. O ouro em pó, por outro lado, foi proibido pela mesma Carta Régia, que também ordenou a criação da Casa da Moeda de Minas Gerais, onde deveriam ser cunhadas moedas de ouro no padrão forte de Portugal. Apesar disso, o ouro em pó continuou a circular ao longo dos anos, até ser autorizado novamente em 1750. Para ter uma ideia, durante o Reinado de D. José I, foi cunhada uma série regional de moedas (Série “J”), na Bahia e no Rio de Janeiro, com a finalidade de circular em Minas Gerais e resgatar (comprar) o ouro em pó. No início do século

XIX, pelo **Alvará de 1º de setembro de 1808** (D. João), foi proibida novamente a circulação do ouro em pó em Minas Gerais e nas demais Capitanias do Brasil (Coimbra, 1959c, p. 252-260).

Mas a proibição do ouro em pó, em 1808, não foi o único acontecimento relevante do ano. Em função do expansionismo francês, na figura de Napoleão Bonaparte, o Príncipe Regente D. João decide deixar a metrópole e seguir rumo ao Brasil em novembro de 1807. Acompanhado pela corte portuguesa, D. João desembarca em Salvador em janeiro de 1808, optando pela transferência da Família Real para o Rio de Janeiro em fevereiro do mesmo ano. No período em questão, a dominação francesa no continente europeu exigia que os demais países do velho mundo fechassem seus portos ao comércio com a Inglaterra, principal inimiga da França de Napoleão. Porém, o comércio de Portugal com a Inglaterra era de grande importância para ambos, ou seja, um eventual bloqueio dessa rede comercial poderia afetar a estabilidade da metrópole. Frente à recusa portuguesa, um ataque francês tornou-se iminente, fato que transformou a viagem ao Brasil uma boa alternativa para a corte, como uma forma de fugir da invasão francesa (*Bentes Art & Publishings*, 2023d). A chegada da Família Real exigiu que novas medidas fossem implementadas para arcar com os gastos da monarquia e manejar a economia do Brasil. Dentre elas, pelo Alvará de 1º de setembro de 1808, carimbar, no valor de 960 Réis (Figura 11), as moedas de prata de 8 Reales (pesos espanhóis)



Figura 11. Carimbo de 960 Réis. Fonte: Numista, créditos: Heritage Auctions, 2023

que circulavam pelo Brasil sem fundamentação legal (*Bentes Art & Publishings*, 2023d; Coimbra, 1959d, p. 521). Essas moedas, provenientes da Espanha, ou de colônias como Peru, Bolívia e Argentina, circulavam por aqui entre 320 e 750 Réis ao longo dos anos. Os pesos espanhóis foram carimbados inicialmente pelas casas de fundição de Vila Rica, Sabará, Serro Frio e Rio das Mortes para circularem como moedas regionais em Minas Gerais (*Bentes Art & Publishings*, 2023d), em conformidade com o Alvará de 12 de outubro de 1808, que também realizou algumas determinações sobre o resgate do ouro em pó na região (Prober, 1947, p. 21; Coimbra, 1959d, p. 521). Em novembro de 1808, foram enviados 70.137 pesos espanhóis para Minas Gerais com a finalidade de serem carimbados e destinados ao resgate do ouro em pó (Coimbra, 1959d, p. 521) e dos demais pesos (proibidos) que não possuíam o carimbo de 960 Réis (*Bentes Art & Publishings*, 2023d). Em 1809, foi autorizada a compra dos pesos espanhóis por 750 Réis, porém, não sendo o bastante (Coimbra, 1959d, p. 521), foi autorizada a compra de 100.000 pesos espanhóis pelo valor de 800 Réis para que fossem enviados às Capitanias do Mato Grosso, São Paulo e Goiás com a mesma finalidade anterior. Novamente em conformidade com as determinações do Alvará de 12 de outubro de 1808 (Prober, 1947, p. 21-22; Coimbra, 1959d, p. 521; *Bentes Art & Publishings*, 2023d). A carimbagem dessas moedas, todavia, não durou muito: em virtude do agravamento das falsificações que envolveram o carimbo de 960 Réis, foi ordenada a recunhagem das moedas hispano-americanas (**Provisão de 17 de outubro de 1809**), sendo ordenado também (**Alvará de 20 de novembro de 1809**), que as Casas da Moeda da Bahia e do Rio de Janeiro cunhassem as novas moedas provinciais no valor de 960 Réis (Figura 12) para circularem no Brasil (houve também cunhagens de 960 Réis em MG), (Coimbra, 1959d, p. 521-523). Os 960 Réis foram cunhados até 1834, entretanto, a partir de 1832, já recebiam discos próprios, ou seja, não eram mais cunhados sobre outras moedas. Afinal, quando houve a transição para a recunhagem, não apenas as moedas de 8 Reales foram reaproveitadas, outras moedas de diferentes locais do mundo que circulavam pelo Brasil e possuíam características semelhantes, foram, eventualmente, recunhadas (*Bentes Art & Publishings*, 2023d).



Figura 12. 960 Réis/Patacão, 1811, BA. Fonte: @fc.coins (Instagram), 2023.

Outra medida adotada pelo Príncipe D. João, em função da valorização do cobre (Maldonado, 2014), foi a carimbagem, pelo **Alvará de 18 de abril de 1809** (Prober, 1942, p. 37-39; Maldonado, 2014), das moedas de cobre do antigo padrão, cunhadas no Brasil, ou de Portugal para o Brasil até 1799 pelo valor de 5 Réis a oitava (Maldonado, 2014), considerando que a oitava da época correspondia a 3,5856g (Bentes Art & Publishings, 2023c). O novo padrão, cunhado a partir de 1799, produzia moedas de cobre pelo valor de 10 Réis a oitava. Dessa forma, a aplicação do carimbo de Escudete (Brasão de armas do Reino), além de solucionar este problema, dobrou o valor das moedas de cobre cunhadas até 1799 da seguinte maneira: de X, XX e XL, para XX, XL (Figura 13) e LXXX Réis (a diferença de valor era recolhida pelos cofres públicos após a carimbagem), (Maldonado, 2014). Embora o Alvará não ordenasse a aplicação do carimbo sobre as antigas moedas de V Réis, ocorreram inúmeras carimbagens dobrando o valor facial dessas moedas, fato que acabou por prejudicar o troco e as transações menores. O próprio **Alvará de 1809**, ao declarar como indispensável a circulação de moedas de V Réis, ordenou que as moedas de X Réis do novo padrão também recebessem o Escudete. Porém, com uma redução de 50% no valor facial para que elas passassem a correr pelo valor de V Réis. Em contrapartida, as complicações e confusões que o carimbo que dobrava o valor das antigas moedas



Figura 13. XX Réis 1799 com Escudete, Lisboa. Fonte: Natália Rodrigues, coleção do autor, 2023.

de cobre poderia causar ao ser aplicado na diminuição do valor das moedas de X Réis do novo padrão, fizeram com que a desvalorização dessas moedas não procedesse, acarretando o desaparecimento gradual das moedas de V Réis do meio circulante (Maldonado, 2014). As moedas de cobre, todavia, não foram as únicas a receberem o carimbo de Escudete. As moedas regionais de prata da Série “J” (MG) também foram reajustadas, porém, não com a dobragem do valor facial, mas sim com a equivalência dessa série ao padrão das moedas de prata que circulavam no Brasil (série patacas). Com a aplicação do carimbo, essas moedas foram reajustadas da seguinte maneira: de 75, 150, 300 e 600 para 80, 160, 320 e 640 Réis (Coimbra, 1959d, p. 522; Maldonado, 2014), passando também a correrem pelo Brasil (Coimbra, 1959c, p. 259-260).

Mas talvez uma das medidas mais controversas, dentre aquelas que almejavam arcar com os gastos da monarquia e manejar a economia do Brasil, tenha sido a criação do primeiro Banco do Brasil, pelo **Alvará de 12 de outubro de 1808** (que não corresponde ao Alvará dos pesos espanhóis). A instituição foi responsável pela introdução do papel-moeda sem lastro (moeda fiduciária) no Brasil através de bilhetes pagáveis ao portador (Figura 14), os quais foram emitidos a partir de 1810. De acordo com o estatuto do banco, os bilhetes não poderiam ser inferiores ao valor de 30.000 Réis, porém, muitos bilhetes de va-



Figura 14. 90000 Réis. Fonte: Bentes Art & Publishings, 2023

lores inferiores foram produzidos (Maldonado; Antunes, 2018; Coimbra, 1960d, p. 518-521). Além da emissão “desordenada”, a primeira instituição bancária do Brasil passou por diversos outros problemas em decorrência da instabilidade econômica que alcançou o país com a chegada da Família Real, acarretando, inclusive, dificuldades para completar o capital inicial estabelecido em 1.200 contos de Réis. Sem contar os esquemas de corrupção e extravio que afetaram a sua estabilidade (Maldonado; Antunes, 2018). Esses fatores, combinados ao regresso da corte para Portugal (1821), levando a bordo os recursos do banco, além da desvalorização dos bilhetes emitidos em excesso, culminaram em sua liquidação em 1829, com a liquidação completa em 1835 (Maldonado; Antunes, 2018; Coimbra, 1960d, p. 520-521, 526). Em 1833, houve a tentativa de reestabelecer um novo banco do Brasil, porém, devido à baixa adesão de acionistas, o plano não avançou. Foi somente em 1853 (Lei nº 683 de 5 de julho), através da fusão do Banco do Commercio e da Indústria do Brasil (fundado em 1851 pelo Barão de Mauá) com o Banco Commercial do Rio de Janeiro (fundado por François Ignace Ratton em 1838), que ocorreu a criação de

um novo Banco do Brasil, assumindo as emissões em 1854 (Maldonado; Antunes, 2018).

Pela **Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815**, o Brasil passou a integrar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, adquirindo uma posição de igualdade frente aos demais integrantes (Coimbra, 1959d, p. 529-530). Na prática, entretanto, continuou a existir uma acentuada dualidade entre os sistemas monetários de Portugal e Brasil, expressa na continuação dos padrões fraco e forte (Coimbra, 1959d, p. 537). D. João, que exercia o poder desde 1792 em função da saúde de sua mãe, D. Maria I (*Bentes Art & Publishings*, 2023i), passou a ser Rei em 1816 (tornando-se D. João VI), sendo coroado em 1818, quando iniciaram as cunhagens com o Brasão do Reino Unido (Coimbra, 1959d, p. 536). Durante esse período, destacam-se as cunhagens em prata (série patacas) e cobre no Brasil, com ênfase na criação das moedas de cobre de 75 e 37½ (Figura 15) Réis, ambas com o objetivo de facilitar o troco do ouro em pó em Minas Gerais, tendo em vista que a coroa acabava perdendo alguns Réis em frações do ouro durante a sua aquisição (*Bentes Art & Publishings*, 2023i). No referente período, se cunharam também moedas de cobre regionais para Goiás e Mato Grosso, onde, em 1818, foi autorizada a cunhagem de moedas regionais (em Mato Grosso) pelo valor de 20 Réis a oitava, moedas que também circularam em Goiás (Coimbra, 1959d, p. 542). Também



Figura 15. 37 ½ Réis, 1821, MG. Fonte: @fc.coins (Instagram), 2023.

é interessante destacar que, a partir de 1818/19, foram aplicados carimbos de 960 Réis em pesos espanhóis no Mato Grosso, com a finalidade de serem utilizados no resgate do ouro em pó (*Bentes Art & Publishings*, 2023d; Coimbra, 1959d, p. 543-544).

No dia 7 de setembro de 1822, devido à insatisfação com o governo português e após o regresso de D. João VI para Portugal, D. Pedro declara a Independência do Brasil, tornando-se assim, o primeiro Imperador do Brasil. Embora a moedagem do Império inicie-se somente em 1823, em 1822 houve algumas carimbagens (80 e 40 Réis) sobre as antigas moedas de cobre. Esses carimbos possuíam a Coroa Imperial sobre ramos de café e tabaco de um lado, e o Brasão Imperial do outro (Coimbra, 1960a, p. 231-244). Além disso, houve também a cunhagem da primeira moeda do Brasil Independente, produzida em ouro no valor de 6.400 Réis (Figura 16) no Rio de Janeiro para a cerimônia de Coroação de D. Pedro I, no dia 1º de dezembro de 1822 (Coimbra, 1960a, p. 233-242; *Bentes Art & Publishings*, 2023i). Existem algumas histórias que envolvem a sua cunhagem e utilização, porém, não se sabe exatamente se a moeda tinha por finalidade circular ou apenas ser ofertada à igreja que recebeu a cerimônia (existem outras possibilidades), (*Bentes Art & Publishings*, 2023g). Fato é que D. Pedro I não se agradou da peça e ordenou o encerramento de sua cunhagem. No total, 64 moedas foram produzidas, porém, apenas 16 são conhecidas atualmente (*Bentes Art & Publishings*, 2023i). Alguns



Figura 16. Peça da Coroação, RJ, 1822. Fonte: *Bentes Art & Publishings*, 2023.

motivos que possivelmente desagradaram o Imperador estão vinculados ao seu retrato com o busto nu e uma coroa de louros (como os Imperadores romanos), além da falta da palavra “*Constitutionalis*” (Constitucional, do latim) e o complemento “*Et Perpetuus Brasiliae Defensor*” (E Defensor Perpétuo do Brasil, também do latim). O contexto histórico somado ao baixíssimo número de moedas cunhadas ou conhecidas atualmente, transformaram a Peça da Coroação na moeda mais valiosa da numismática brasileira (Coimbra, 1960a, p. 233-242; *Bentes Art & Publishings*, 2023i).

No Primeiro Reinado, a cunhagem de moedas no Brasil seguiu o padrão da cunhagem portuguesa que ocorreu nos períodos anteriores, ou seja, os valores e pesos continuaram os mesmos, alterando-se apenas a iconografia das moedas. Semelhante ao período colonial, existiu também uma diferenciação expressa na cunhagem dos padrões fraco e forte, produzidos dessa vez para circularem no Império ou regionalmente. A cunhagem das moedas de ouro, apesar de serem destinadas ao Império, foi um pouco controversa nesse sentido, sendo praticada apenas pelas Casas da Moeda da Bahia e do Rio de Janeiro (como a cunhagem em prata), onde foram produzidas moedas nos valores de 6.400 (Figura 17) e 4.000 Réis, porém, com uma ligeira diferença entre ambas. Enquanto a moeda de 6.400 Réis era cunhada por 1.600 Réis a oitava, a moeda de 4.000 era cunhada por 1.777 Réis a oitava, ou seja, com uma valorização maior do ouro fren-



Figura 17. 6.400 Réis, RJ, 1824. Fonte: Numista, créditos: Heritage Auctions, 2023.

te à moeda de maior valor facial, algo que não fazia muito sentido. Possivelmente, essa diferença possa ser um reflexo do período colonial, afinal, as moedas de ouro de 6.400 Réis cunhadas no Brasil destinavam-se à circulação em Portugal, já as moedas de 4.000 Réis ficavam ou vinham da metrópole para o Brasil. No padrão forte das demais moedas, foram produzidas, no Rio de Janeiro, moedas de prata nos valores de 80, 160, 320, 640 e 960 Réis (série patacas) pelo valor de 128 Réis a oitava, e moedas de 960 Réis pelo mesmo valor da oitava na Bahia. Em cobre, foram cunhadas moedas nos valores de 10, 20, 40 e 80 (Figura 18) Réis pelo valor de 10 Réis a oitava (em ambas as Casas). No padrão fraco, foram cunhadas moedas de cobre: Na Casa de fundição de São Paulo, moedas de 80 Réis; Na Casa de Fundição de Minas Gerais, moedas de 37½ Réis; Na Casa de Fundição de Cuiabá, moedas de 20, 40 e 80 Réis; E na Casa de Fundição de Goiás, moedas de 20, 40, 75 e 80 Réis (Coimbra, 1960a, p. 244-253). Além dessas, no ano de 1825, devido à uma crise que afetou o comércio no Grão-Pará, o presidente da província ordenou a cunhagem de moedas de prata de 960 Réis e de cobre no valor de 80 Réis (Maldonado, 2023, p. 545, 559). Com exceção das moedas de ouro, todas as demais moedas, fortes ou fracas, possuíam a mesma iconografia, alterando-se apenas o valor facial, a data e a letra monetária.

Em 1831, movido pela queda de sua popularidade em função de sua indecisão frente aos tronos de Portugal e Brasil, D. Pedro I decide



Figura 18. 80 Réis, RJ, 1827. Fonte: Numista, créditos Heritage Auctions, 2024.

abdicar do trono do Brasil e retornar para ser rei (D. Pedro IV) de Portugal (*Bentes Art & Publishings*, 2023k), iniciando-se assim, o período regencial no Brasil (menoridade de D. Pedro II até 1840). O Primeiro Sistema Monetário do período regencial (1831-1833), foi a continuação do anterior, alterando-se apenas as inscrições nas moedas, com a inclusão do nome de D. Pedro II e a representação de seu busto nas moedas de ouro (Figura 19). A cunhagem do padrão forte foi centralizada no Rio de Janeiro (Coimbra, 1960b, p. 507-509), afinal, a Casa da Moeda da Bahia deixou de funcionar em 1830, encerrando formalmente em 1834 (*Bentes Art & Publishings*, 2023g; Coimbra, 1960a, p. 250). As moedas regionais também continuaram em processo de cunhagem a partir de 1831 (a cunhagem em cobre havia sido suspensa em 1830) em São Paulo, Goiás e Cuiabá (Coimbra, 1959b, p. 511). É somente em 1833, pela **Lei nº 59 de 8 de outubro** do mesmo ano, que ocorre a criação de um Sistema Monetário “realmente” Brasileiro (mil-réis como unidade monetária), pois os últimos eram uma “continuação” do sistema colonial. A partir disso, a cunhagem foi centralizada no Rio de Janeiro, além da unificação do valor intrínseco das moedas de ouro, produzidas somente no valor de 10.000 Réis pelo valor de 2.500 Réis a oitava. Na prata, foram cunhadas moedas de 100, 200, 400 (Figura 20), 800 e 1200 Réis (Série Cruzados) pelo valor de 160 Réis a oitava. Não foram cunhadas moedas de cobre, porém, as



Figura 19. 6.400 Réis, RJ, 1833. Fonte: Numista, créditos: Heritage Auctions, 2023.



Figura 20. 400 Réis/Cruzado, 1845. Fonte: Numista, créditos: Heritage Auctions, 2023.

moedas do Primeiro e início do Segundo Reinado foram padronizadas com a aplicação de carimbos (Coimbra, 1960b, p. 513-516).

Com a intensificação da produção, importação e circulação de moedas de cobre falsas no Brasil após a Independência, algumas medidas foram adotadas. Em 1827, foi autorizada na Bahia a troca dessas moedas (falsas ou autênticas) por bilhetes do antigo Tesouro Nacional (primeiras emissões do Tesouro Nacional), ou por moedas de cobre cunhadas no Rio de Janeiro. O período de troca, em Salvador, durou um mês entre abril e maio de 1828, ficando estritamente proibida a circulação (como moeda) de moedas falsas após esse período. Após a troca, uma grande quantidade de cobre deixou de circular, acarretando a valorização do metal. Dessa forma, algumas medidas foram adotadas para aumentar e manter em circulação as moedas de cobre na Bahia. Dentre elas, proibir a saída dessas moedas da região, enviar numerário do mesmo metal para a Província, proceder com a cunhagem de moedas de cobre na Bahia e recolocar em circulação as moedas autênticas recolhidas na troca (*Bentes Art & Publishings*, 2023j). Com a persistência da circulação de moedas falsas, foi autorizada, dessa vez em âmbito nacional (**Lei nº 52 de 3 de outubro de 1833** - Bertapeli, 2023, p. 44; Coimbra, 1959a, p. 265), a troca das moedas autênticas que circulavam por cédulas do Tesouro Nacional (considerado “Troco do Cobre”), deduzindo 5% para a

Fazenda Pública de acordo com o peso de cada moeda (as moedas falsas seriam marcadas e devolvidas). A operação de troca teve prazo de dois meses a partir da marcação da Tesouraria Provincial pelo governo (Coimbra, 1960a, p. 265-267; 1960b, p. 516-517). Pela **Lei nº 54 de 6 de outubro de 1835**, regulamentada pelo **Decreto de 4 de novembro** do mesmo ano, houve uma nova emissão do “Troco do Cobre”, acompanhada dessa vez pela aplicação do Carimbo Geral (Maldonado; Antunes, 2014; Coimbra, 1960b, p. 517-518). Diferente de 1833, essa operação possuía um caráter obrigatório, ocorrendo entre 1836 e 1838, onde os cidadãos poderiam receber cédulas do Tesouro Nacional ou moedas já carimbadas (deduzindo 5% para o governo). Novamente, as moedas falsas seriam marcadas e devolvidas aos donos (Coimbra, 1960b, p. 517-518). A aplicação do Carimbo Geral procedeu com a desvalorização em 50% para as moedas fortes e 75% para as moedas fracas. Já os carimbos aplicados foram de 10, 20 e 40 (Figura 21) Réis. Essa prática almejava homogeneizar a circulação do cobre no Brasil, tendo em vista que a aplicação era feita de acordo com o peso das moedas, passando o cobre a valer 5 Réis por oitava (Maldonado; Antunes, 2014).

O Império ainda passou por um terceiro sistema monetário (1848/49). A partir deste, foram cunhados quatro tipos de moedas de prata e dois tipos de moedas de ouro, além da introdução de moedas de bronze (Decreto nº 4.019 de 20 de novembro de 1867) e cuproníquel (Resolução nº 1.817 da Lei de 3 de setembro de 1870), (Coimbra, 1960b, p. 539-550). As cédulas ficaram, em grande parte,



Figura 21. 80 Réis 1830R C/Carimbo de 40. Fonte: Coleção do autor, 2023.

a cargo do Tesouro Nacional, mas houve também emissões de bancos particulares desde a década de 1830, além do Banco do Brasil, que exerceu esse monopólio em algumas ocasiões. Ambos - Banco do Brasil e Tesouro Nacional – foram os grandes responsáveis pela emissão de cédulas no Brasil do início do século XX até a criação do Banco Central, em 1964 (Banco Central do Brasil, 2004). Ao final do século XIX, a abolição da escravatura somada a alguns movimentos que questionavam o Regime Monárquico (fortalecidos pela criação do Partido Republicano em 1870), refletiram na Proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, por Deodoro da Fonseca. Com a República instaurada, o padrão monetário continuou a ser o Real (plural Réis), que perdurou até 1942. É interessante mencionar que, a partir do século XX, ocorre uma diversificação iconográfica nas moedas brasileiras através das séries comemorativas e dos “brasileiros ilustres” estampados nas moedas (exemplo na figura 22). A título de curiosidade, as últimas moedas de ouro a circularem no Brasil, foram cunhadas em 1922 (1889/1922) nos valores de 10.000 e 20.000 Réis, e as últimas moedas de prata (5.000 Réis), entre 1936 e 1938 (Coimbra, 1960c, p. 203-243).



Figura 22. Algumas moedas do Real republicano. Colagem por Natália Rodrigues e autor. Imagens do Ucoin, 2024.

O século XX foi um período, economicamente, conturbado para o Brasil, que passou por uma experiência inflacionária e por diversas trocas monetárias. O Decreto nº 23.501 de 27 de novembro de 1933, estabeleceu de vez a moeda fiduciária no país como uma resposta à Grande Depressão de 1929 (fornecendo um controle maior do estado sobre a moeda). Após o estabelecimento da moeda fiduciária, fez-se necessário a criação de uma instituição responsável pelo gerenciamento do dinheiro no Brasil, sendo então criado, em 1964 (**Lei nº 4.595 de 31 de novembro de 1964**), o Banco Central do Brasil (Franco, 2013). Mas apesar da criação do Banco Central, a inflação continuou a subir, possivelmente impulsionada pelos gastos públicos alinhados à queda da produtividade no país (CNN, 2022). E quando a inflação sobe, torna-se necessária a implementação de medidas para controlá-la. No Brasil, uma das alternativas foi a troca constante dos padrões monetários. A primeira, foi em 1942 (Gov. Getúlio Vargas), quando o **Cruzeiro** foi estabelecido como a unidade monetária no lugar do mil-réis, perdurando até 1967 com uma inflação anual de 27%. Em 1967 (Gov. Castelo Branco), inicia-se o **Cruzeiro Novo**, perdurando até 1970 com uma inflação anual de 21%. Em 1970 (Gov. Emílio Médici), o **Cruzeiro** volta a ser a moeda do país, perdurando até 1986 com uma inflação anual de 62%. Em 1986 (Gov. José Sarney), o **Cruzado** passa a ser a moeda nacional, perdurando até 1988 com uma inflação anual de 302%. Em 1989 (Gov. José Sarney) entra o **Cruzado Novo**, que perdura até 1990 com uma inflação anual de 2.559%. Em 1990 (Gov. Fernando Collor), o **Cruzeiro** é reestabelecido, perdurando até 1993 com uma inflação anual de 694%. Em 1993 (Gov. Itamar Franco) entra o **Cruzeiro Real**, perdurando até 1994 (11 meses) com uma inflação “anual” de 3.244%. Depois de todas essas trocas, chegamos enfim ao **Plano Real** (plural reais) em 1994 (Franco, 2013). Interessante notar que, de certa forma, “retornamos para onde tudo começou”. Na figura 23, uma ilustração dos planos monetários do Brasil entre 1942 e 1994.



Figura 23. Colagem por Natália Rodrigues e autor, imagens do ucoin, 2024.

Considerações finais

Obviamente a circulação de moedas e a instituição dos padrões e sistemas monetários no Brasil, ocorreu de uma maneira mais profunda e abrangente. Os acontecimentos descritos neste trabalho passaram pelas mais variadas motivações, que estão além do objetivo proposto. Muitas Provisões, Alvarás, Cartas Régias e Leis, foram propositalmente omitidas (além de emissões e carimbos regionais). Contudo, é necessário termos em mente que além das determinações oficiais, outras medidas foram praticadas de maneira informal, extraoficial ou possivelmente através de documentos que se perderam. A recente inclusão das moedas de São Vicente à coleção brasileira, atesta a necessidade de um estudo aprofundado e interpretativo, novas inclusões e mudanças na cronologia apresentada neste trabalho não podem ser descartadas. A numismática precisa de um estudo árduo e contínuo, sem se resumir às moedas, cédulas e/ou medalhas em si (apesar de ser extremamente importante estudar a iconografia, os metais e os métodos de produção), mas sim ao contexto como um todo, seja ele cultural, histórico, arqueológico, econômico ou religioso. Construir uma linha cronológica resumida e, ao mesmo tempo, “completa”, baseada nas leituras e interpretações de outros pesquisadores, não foi uma tarefa fácil, considerando que muitas informações diferem de uma leitura para outra, seja pela data da pesquisa, ou pela interpre-

tação do pesquisador. No entanto, se o presente trabalho, para além de trazer uma visão geral sobre a Numismática brasileira, alcançou, também, despertar o interesse de colegas ou curiosos, sugiro que comecem um estudo mais aprofundado pelas referências finais e tirem suas próprias interpretações. Buscando, ainda, estudar as Provisões, Alvarás, Cartas Régias e Leis, como uma forma de interpretar diretamente o que foi escrito, além de buscar pelo que não foi escrito ou se perdeu. A Numismática, como a Arqueologia, tem o poder da interdisciplinaridade. Por esse motivo, é importante dialogar com outras áreas em busca de fontes alternativas, ou até mesmo para o estudo da composição dos metais, formação de pátina, oxidação, curadoria e conservação. Enfim, múltiplas possibilidades.

Referências

- ANTUNES, Fernando; MALDONADO, Rodrigo. Obsidionais holandesas, as primeiras moedas com o nome do Brasil. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2016/02/obsidionais-holandesas-as-primeiras.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- A História da Casa da Moeda do Brasil - Capítulo I. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2020/01/a-historia-da-casa-da-moeda-1-parte.htm>. Acesso em: 13 nov. 2023a.
- A Provisão de 3 de Março de 1568. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2015/12/a-provisao-de-3-de-marco-de-1568.html>. Acesso em: 13 nov. 2023b.
- A saga do sistema cúprico - A primeira Casa da Moeda do Brasil. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2016/11/a-saga-do-sistema-cuprico-primeira-casa.html>. Acesso em: 17 nov. 2023c.
- As moedas de 960 Réis. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2010/09/as-moedas-de-960-reis.html>. Acesso em: 15 nov. 2023d.
- As primeiras moedas dos brasileiros. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2014/10/as-primeiras-moedas-dos-brasileiros.html>. Acesso em: 13 nov. 2023e.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Dinheiro no Brasil. 2. ed. Brasília: BCB, 2004. 36 p. [il. Programa de Educação Financeira (PEF-BC)]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudosocs/pub/Cartilha_Dinheiro_no_Brasil.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.
- BERTAPELLI, Rogério. As Cédulas do Troco do Cobre. **Revista Numismática Brasileira**, v. XXVII, n. 2, p. 43-60, 2023. Disponível em: <https://snb.org.br/arquivos/boletins-e-artigos/revista-27-02/>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (I). **Revista de História**, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 201-242, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107278. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107278>. Acesso em: 22 nov. 2023a.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (II). **Revista de História**, [S. l.], v. 18, n. 38, p. 445-480, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107505. Disponível em: <https://www.journals.usp.br/revhistoria/article/view/107505>. Acesso em: 22 nov. 2023b.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (III). **Revista de História**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 215-271, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.119727. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119727>. Acesso em: 22 nov. 2023c.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (IV). **Revista de História**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 509-547, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.119809. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119809>. Acesso em: 23 nov. 2023d.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (V). **Revista de História**, [S. l.], v. 20, n. 41, p. 231-267, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.119874. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119874>. Acesso em: 23 nov. 2023e.

- tas.usp.br/revhistoria/article/view/119874. Acesso em: 24 nov. 2023a.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (VI). **Revista de História**, [S. l.], v. 20, n. 42, p. 507-553, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.120079. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120079>. Acesso em: 24 nov. 2023b.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (VII). **Revista de História**, [S. l.], v. 21, n. 43, p. 203-250, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.120130. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120130>. Acesso em: 25 nov. 2023c.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (VIII). **Revista de História**, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 515-542, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.120156. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120156>. Acesso em: 25 nov. 2023d.
- Conde de Óbidos. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2020/01/conde-de-obidos.html?m=1>. Acesso em: 16 nov. 2023f.
- COSTA, Ney Chrysostomo da. **História das moedas do Brasil**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1973.
- Da Moeda... a mais importante das casas. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2014/03/moeda-mais-importante-das-casas.html?m=1>. Acesso em: 30 nov. 2023g.
- FRANCO, Gustavo H. B. **Moeda fiduciária no Brasil: um sumário de oitenta anos, 1933-2013**. In: _____. **A moeda e a lei: uma história monetária brasileira 1933-2013**. [S.l.]: Zahar, 2013. Capítulo 1.
- GOMES, Edil. Moedas de Lisboa para Angola... E de Angola para circular no Brasil. **Revista Numismática Brasileira**, v. XXV, n. 1, p. 82-88, 2021. Disponível em: <https://snb.org.br/arquivos/boletins-e-artigos/revista-25-01/>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- MALDONADO, Rodrigo; ANTUNES, Fernando. O Carimbo Geral – Por que foi aplicado?. **Bentes Art & Publishings**. [In: **O Carimbo Geral**. MBA Editores Associados, 2014]. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2017/11/o-carimbo-geral-por-que-foi-aplicado.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- MALDONADO, Rodrigo; ANTUNES, Fernando. O primeiro Banco do Brasil. **Bentes Art & Publishings**. [In: **Bentes Papel Moeda do Brasil 2**. ed. Bentes Edições Numismáticas, 2018. p. 46-68]. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2019/01/o-primeiro-banco-do-brasil.html>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- MALDONADO, Rodrigo. Marcas do poder – O Carimbo de Escudete. **Bentes Art & Publishings**. [In: **Carimbo de Escudete**. MBA Editores Associados, 2014]. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2014/05/marcas-do-poder-o-carimbo-de-escudete.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- MALDONADO, Rodrigo. **Moedas Brasileiras: Livro Oficial**. 9. ed. [S.l.]: Bentes Edições Numismáticas, 2023. Marcas, contramarcas, carimbos de interesse da numismática brasileira. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2019/01/marcas-contramarcas-carimbos-de.html?m=1>. Acesso em: 18 nov. 2023h.
- MESQUITA, Mauro. As moedas de cobre falsas introduzidas durante o reinado de D. Sebastião I. **Revista Numismática Brasileira**, v. XXVI, n. 2, p. 31-68, 2022. Disponível em: <https://snb.org.br/arquivos/boletins-e-artigos/revista-26-02/>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- Moedas do Brasil, da pré-Colônia à República. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2014/05/moedas-do-brasil-da-pre-colonia.html>. Acesso em: 19 nov. 2023i.
- O derrame de cobre falso. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2014/03/o-derrame-de-cobre-falso.html?m=1>. Acesso em: 29 nov. 2023j.
- Para combater a inflação, Brasil já passou por seis trocas de moeda; entenda. **CNN Brasil**. 1 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/para-combater-a-inflacao-brasil-japassou-por-seis-trocas-de-moeda-entenda/>. Acesso em: 29 nov. 2023
- PETRUS PRIMUS DEI GRATIA BRASILIÆ IMPERATOR. **Bentes Art & Publishings**. Disponível em: <https://blogbentes.blogspot.com/2014/03/petrus-primus-dei-gratia-brasil.html>. Acesso em: 4 dez. 2023k.
- PORTO, Vagner Carvalho; HORA, Juliana Figueira da. *Uses of money in the early days of colonial Brazil: the coins and their stories*. **Global Journal of Human-Social Science: History, Archaeology and Anthropology**, v. 21, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17406/GJHSS>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- PROBER, Kurt. Carimbos de Escudete. **Revista Numismática**, São Paulo, v. X, n. 1-4, p. 26-74, 1942. Disponível em: https://snb.org.br/revistas/revistas-antigas/#dearflip-df_8134/1/. Acesso em: 7 fev. 2024.
- PROBER, Kurt. **Carimbos de Minas**. São Paulo: Irmãos Canton, 1947.
- TUPINAMBÁ, Leonardo Rodrigues. Moeda São Vicente: História e Estórias. **Revista Numismática Brasileira**, v. XXVII, n. 1, p. 127-137, 2023. Disponível em: <https://snb.org.br/arquivos/boletins-e-artigos/revista-27-01/>. Acesso em: 5 fev. 2024.



ICONOGRAFIA RELIGIOSA NA NUMISMÁTICA NACIONAL

Religious Iconography in National Numismatics

André Luiz de Castro Padilha*

RESUMO

O artigo “Iconografia Religiosa na Numismática Nacional” explora a presença de símbolos e referências religiosas nas moedas e cédulas brasileiras. Desde os primórdios da numismática, representações de divindades, santos e símbolos religiosos têm sido utilizadas para refletir valores culturais e espirituais. Apesar do Brasil ser um estado laico, elementos religiosos continuam a aparecer na numária nacional. O estudo examina como essas representações, desde as moedas do período Colonial até o Brasil contemporâneo, revelam uma interseção entre Estado, espiritualidade e a vida cotidiana, além de discutir a falta de diversidade religiosa refletida nas emissões monetárias brasileiras.

Palavras-chave:

Iconografia religiosa, Numismática, Brasil, Diversidade religiosa, Símbolos monetários, Estado laico

ABSTRACT

The article “Religious Iconography in National Numismatics” explores the presence of religious symbols and references in Brazilian coins and banknotes. From the beginnings of numismatics, representations of deities, saints, and religious symbols have been used to reflect cultural and spiritual values. Despite Brazil being a secular state, religious elements continue to appear in national currency. The study examines how these representations, from the Portuguese Empire’s coins to contemporary Brazil, reveal an

Recebido em 10/06/2024
Aceito em 23/08/2024

*Bacharel em Direito e bacharelado em História, com formação em Educação Museal. É CEO da CASTRO & CO. e fundador de várias entidades numismáticas, incluindo a Numismática Castro e o Clube Numismático do Estado do Rio de Janeiro. Atuou como curador no Museu da Casa da Moeda do Brasil e é autor de vários artigos e livros sobre numismática. Além disso, é palestrante e avaliador numismático, com atuação no Brasil e no exterior.

intersection between spirituality and everyday life, while also discussing the lack of religious diversity reflected in Brazilian monetary emissions.

Key Words:

Religious iconography, Numismatics, Brazil, Religious diversity, Monetary symbols, Secular state

Desde tempos imemoriais, a expressão da fé tem encontrado seu caminho para o tecido da sociedade de várias maneiras. Uma das formas mais tangíveis e acessíveis dessa expressão é através da moeda - esses símbolos monetários que permeiam a vida cotidiana, trocados de mão em mão, carregando não apenas valor financeiro, mas também significados culturais e religiosos profundos. Se traçarmos uma linha do tempo em que colocamos em paralelo a evolução da numismática mundial e o crescimento das chamadas ‘nações religiosas’, poderemos observar que a representação da religiosidade está presente nas moedas desde os primórdios da metalização da moeda, lá no Império Romano.

O Brasil é oficialmente reconhecido como um Estado laico, o que significa que o governo não adota oficialmente nenhuma religião específica e não interfere nas práticas religiosas dos cidadãos. Em um Estado laico, as instituições governamentais são separadas das instituições religiosas, garantindo assim a liberdade religiosa para todos os seus cidadãos, independentemente de sua fé ou crença. Isso implica que o Estado não promove nem privilegia nenhuma religião em particular, mantendo-se neutro em assuntos de crença e fé. Essa separação entre religião e governo é fundamental para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos, independentemente de suas convicções religiosas.

Entretanto, observaremos através deste artigo que há inserção de simbologia e terminologia religiosa em várias etapas da numária nacional, o que já foi alvo de críticas no passado, sem que essa prática tenha sido encerrada até nos dias de hoje. No Brasil, uma nação abençoada com uma rica diversidade cultural e religiosa, a presença de ícones sagrados em moedas e cédulas poderia ser uma manifestação eloquente da interseção entre espiritualidade e vida cotidiana. Contudo a pluralidade religiosa que temos no Brasil não é, de forma nenhuma, refletida em nossa numismática.

Neste artigo, examinaremos de perto as representações de divindades, santos e símbolos religiosos que adornam as moedas e cédulas brasi-

leiras, analisando seu significado histórico, cultural e social. Da influência do catolicismo nas primeiras emissões monetárias à ausência de diversidade religiosa refletida nas notas contemporâneas, cada imagem conta uma história única, entrelaçando-se com a narrativa mais ampla da experiência brasileira.

RELIGIOSIDADE E NUMISMÁTICA, DESTE SEMPRE

A iconografia religiosa nas moedas do Império Romano oferece uma fascinante janela não só para as crenças e práticas espirituais da época como também é um excelente vislumbre da organização societária que Roma possuía, uma vez que os templos dos deuses romanos possuíam funções de extrema importância para manutenção do Império, como os templos de Juno Moneta que cunhavam as primeiras moedas que lá circularam. Desde os primórdios da numismática romana, a presença de divindades e símbolos religiosos era proeminente, refletindo a profunda interconexão entre o poder temporal e o divino.

Nas moedas do Império Romano, é comum encontrar representações de deuses e deusas, como Júpiter, Juno, Marte e Vênus, cada um simbolizando aspectos diferentes da vida e da sociedade romana. Essas representações não apenas glorificavam as divindades, mas também legitimavam o poder imperial, muitas vezes associando o governante ao divino, como visto nas moedas que retratavam o imperador como um semideus ou divindade.



Aureus de Constantino, o Grande, cunhado por volta do ano de 317 d.C. em Trier (atual Alemanha) onde podemos ver o Imperador não como líder apenas, mas como o próprio avatar do deus Sol na terra. **Fonte: Numismatics Coins and Coin Collecting**

Além das divindades principais, as moedas romanas também apresentavam símbolos e rituais religiosos, como sacrifícios, templos e cerimônias, destacando a importância da religião na vida cotidiana do Império. Essas representações iconográficas não apenas serviam como meios de comunicação visual, mas também desempenhavam um papel crucial na promoção da coesão social e na legitimação do poder imperial, transmitindo mensagens ideológicas e propagandísticas para os cidadãos romanos e além. Assim, a iconografia religiosa nas moedas do Império Romano não apenas reflete as crenças espirituais da época, mas também revela as complexas interações entre religião, política e sociedade no mundo antigo.

REINO DE PORTUGAL E A IGREJA CATÓLICA NA IDADE MÉDIA

Para compreendermos os reflexos católicos nas moedas portuguesas e, conseqüentemente, nas primeiras moedas que circularam em território brasileiro, precisamos antes entender um pouco da relação entre Estado e Igreja no Reino de Portugal no período próximo ao descobrimento do Brasil.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica exerceu uma influência significativa no governo de Portugal, desempenhando papéis essenciais tanto na esfera espiritual quanto na política. A Igreja era uma instituição central na sociedade medieval, e sua autoridade se estendia sobre todos os aspectos da vida, incluindo o governo e a administração.

Uma das maneiras pelas quais a Igreja Católica influenciava o governo de Portugal era através do seu apoio e legitimação aos reis e governantes. Os monarcas muitas vezes buscavam a bênção da Igreja para consolidar seu poder e legitimidade, e a coroação dos reis frequentemente ocorria em cerimônias religiosas, reforçando assim a conexão entre o poder secular e o poder espiritual.

Além disso, a Igreja desempenhava um papel crucial na organização e administração do território. A hierarquia eclesiástica, composta por bispos, abades e outros líderes religiosos, muitas vezes exercia autoridade sobre vastas áreas territoriais, influenciando diretamente a governança local e a aplicação da lei.

Outro aspecto importante da influência da Igreja Católica no governo de Portugal era o controle sobre a educação e a cultura. As escolas e universidades eram frequentemente administradas pela Igreja, e o ensino estava

intimamente ligado aos ensinamentos religiosos. Isso permitiu à Igreja moldar as mentes e os valores da população, garantindo assim sua influência contínua sobre a sociedade.

Em resumo, durante a Idade Média, a Igreja Católica exerceu uma influência poderosa no governo de Portugal, desempenhando papéis essenciais na legitimação do poder régio, na administração do território, na educação e na administração da justiça. Sua influência permeava todos os aspectos da vida medieval, moldando assim a sociedade e a cultura portuguesas da época.

ICONOGRAFIA RELIGIOSA NA NUMISMÁTICA NACIONAL

Apenas para facilitar o entendimento desta explanação, dividiremos a numismática nacional em vários períodos, de modo que todas as moedas e cédulas que já circularam em território brasileiro possam ser observadas.

Real – 1654 à 1799

“O dinheiro circula em todo o mundo.” Esta é a frase proeminente nas moedas deste período. A moeda, como elemento de propaganda, demonstra que Portugal, por meio de suas colônias, exercia controle sobre várias partes do mundo. Por esse motivo, a esfera armilar é um dos símbolos mais recorrentes nas moedas desse período. Embora mais discretas, podemos citar algumas referências religiosas nas peças deste período:



20 Réis – Maria I. Numista – Coleção Maier Gilbert

Existe um padrão bastante comum entre as moedas de cobre que circularam aqui no Brasil neste período. Por isso, apresentarei apenas um exemplo no qual podemos ver claramente sua legenda, pois, neste caso, é onde temos a representação religiosa, sendo esta uma das mais discretas.

Trata-se de um 20 Réis de Dona Maria primeiro, este do ano de 1787 e cunhado em Lisboa, onde podemos ver a legenda abreviada em “MARIA.I.D.G.P.ET.BRASILIÆ.REGINA”, se apresentarmos esta legenda de forma integral teríamos “Maria Prima Dei Gratia Portugaliæ Et Brasilæ Regina, ou seja, Maria Primeira (ou simplesmente I), pela Graça de Deus, Rainha de Portugal e do Brasil.

A Expressão “pela Graça de Deus” vem do que conhecemos como “Direito divino dos Reis”, trata-se de uma doutrina política e religiosa segundo a qual o poder dos reis tem como fundamento a vontade de Deus.¹

Historicamente, esta doutrina se desenvolveu durante o período bizantino e se consolidou na França durante o Antigo Regime. Na Inglaterra, o monarca reina não pela vontade de seus súditos, parlamento, aristocracia ou qualquer outra entidade terrena, mas sim pela vontade de Deus. Por isso, a legenda ‘Dei Gratia’ está presente até os dias de hoje na moeda do novo rei, Charles III.



20 Réis – Dom Pedro II - Numista – Heritage Auctions

¹ PIAZZA, Waldomiro O. Religiões da humanidade. São Paulo: Loyola, 2005

Trata-se de um 20 Réis de Dom Pedro II (de Portugal), onde podemos ver um elemento novo adicionado a esfera armilar, ela está na frente de uma cruz da Ordem de Cristo. A Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo originalmente era uma ordem religiosa e militar, criada a 14 de março de 1319 pela bula pontifícia *Ad ea ex quibus cultus augeatur* do Papa João XXII, que, deste modo, atendia aos pedidos do rei Dom Dinis. Recebeu o nome de Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo.²



Numista – INCM

A cruz da Ordem de Cristo pode ser vista em vários outros exemplares, inclusive sem ter a esfera armilar a frente, como este 400 Réis de Dom João V, cunhado em 1730 no Rio de Janeiro.



640 Réis – Pedro II - Numista – Museu Herculano Pires

²Ordem de Cristo, in Infopédia (em linha), Porto: Porto Editora, 2003-2014. (Consult. 2014-07-18).

Inicialmente não pretendia apresentar este exemplar, uma vez que o mesmo não chegou a entrar em produção (ou circulação), tendo apenas 2 exemplares conhecidos, contudo, por estar diretamente ligado a nossa pesquisa, apresentamos aqui o que seria o primeiro projeto de moeda da Casa da Moeda do Brasil (Bahia) que foi rejeitado, sendo esse cunhado no ano de 1695.

Este apresenta o antigo nome do Brasil, Terra de Santa Cruz e apresenta a legenda “TERRAS. CRVCIS. SVBILL. VÍTRIX”, ou seja, “Terra de Santa Cruz, vitoriosa sob aquela cruz” e tem como gravura central (e principal), uma cruz latina sobre calvário.



1000 Réis – Pedro II - Numista – Heritage Auctions

Durante os séculos XIV e XV, a bandeira que exibia a Cruz de São Jorge foi adotada como uma forma alternativa da bandeira nacional de Portugal.

São Jorge emergiu como um santo profundamente venerado em Portugal, desde pelo menos o século XII, especialmente após a conquista de Lisboa, influenciada pelos cruzados ingleses que apoiaram os portugueses na época. Em 1387, São Jorge foi designado como o principal santo padroeiro de Portugal. Parece que foi nessa época que a bandeira com a Cruz de São Jorge ganhou destaque como um dos símbolos nacionais portugueses.

De acordo com relatos de Fernão Lopes, durante o cerco de Lisboa pelos castelhanos em 1384, três bandeiras foram hasteadas em cada uma das torres das muralhas da cidade. Essas bandeiras incluíam as Armas do Reino, a bandeira de Lisboa e a bandeira de São Jorge³.

³ JOSÉ J. X. SOBRAL, A Bandeira de São Jorge em Portugal, AUDACES, 2008.

Assim, temos como exemplo este exemplar do 1000 Réis de 1700 cunhado no Rio de Janeiro, com uma cruz de São Jorge no centro da gravura do reverso desenhado por Amaro de Barros.

Real 1799 – 1942

Entre o período de transição entre colônia, Império e República do Brasil, podemos observar que as moedas mais antigas deste período apresentam predominantemente os mesmos detalhes religiosos, como a cruz da Ordem de Cristo ou a legenda “Dei Gratia”. Esses elementos, embora simbolicamente ricos, não oferecem grandes novidades para esta pesquisa. Contudo, é notável uma tentativa clara de retratar o Brasil como uma nação autônoma e soberana já em suas moedas. Essa transição reflete não apenas mudanças políticas, mas também um desejo de afirmação nacional através de símbolos monetários.



2.000 Réis – 1888 - Numista – Heritage Auctions

Está cédula de 1888 impressa pela empresa American Bank Note Company, não é vista completamente como uma cédula religiosa, mas precisamos mostrar a figura à direita, onde vemos a Vista da Praça XV a Igreja da Venerável e Arquiepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, presente nos dois lados da cédula.

Abundância, na mitologia romana, era a personificação divina da fartura e da prosperidade. Ela figurava entre as manifestações das virtudes na propaganda religiosa, que retratava o imperador como o garantidor das condições da “era dourada”. Abundância era celebrada não apenas na arte,



1000 Réis – Abundância - Numista – Rogbert (CC BY-NC)

no culto e na literatura, mas também como uma representação tangível da abundância material.

Por representação, Abundância seria a primeira deusa pagã presente na numismática brasileira. Sua representação aqui é artística, pois sabemos que sua figura está intrinsecamente relacionada aos primórdios, épocas de fartura e crescimento econômico. Apesar disso, o Paganismo é um movimento religioso presente no Brasil. Nesta pesquisa, que não possui direcionamento voltado para uma única religião, todos os elementos percebidos serão abordados de forma imparcial e abrangente.



500 Réis – Regente Feijó - Numista – Rafael Ferreira

Diogo Antônio Feijó foi retratado na moeda de 500 Réis principalmente por suas significativas contribuições políticas no Brasil. Ele foi não apenas um adversário político de José Bonifácio, mas também um dos fundadores do Partido Liberal. Feijó ocupou diversos cargos de destaque, incluindo o de Senador pela Província do Rio de Janeiro, Presidente do Senado Imperial do Brasil, Ministro da Justiça e Ministro dos Negócios e Administrador do Rio de Janeiro.

Nascido como uma criança rejeitada, Feijó foi criado na casa do Reverendo Fernando Lopes de Camargo, seu padrinho de batismo. Curiosamente, Feijó era sobrinho do reverendo, sendo filho de sua irmã Maria Joaquina Soares de Camargo. Seguindo os passos de sua família, ele inicialmente se ordenou como padre antes de se envolver ativamente na política. Embora essa não seja estritamente uma moeda de cunho religioso, a presença de um padre como figura central justifica a sua inclusão nesta categoria.



1000 Réis – Anchieta - Numista – PCGS

Na minha opinião está poderia ser considerada a moeda mais religiosa que já circulou pelo Brasil, não só pelo fato de ter como gravura uma imagem de um Padre e de uma Bíblia aberta, mas sim pela imagem do Padre José de Anchieta.

Anchieta, que foi beatificado pela Igreja Católica no ano de 1980 pelo Papa João Paulo II e canonizado em 2014 pelo Papa Francisco, é além de um dos fundadores das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, considerado um dos pioneiros na introdução do Cristianismo no

Brasil, o “Apóstolo do Brasil” foi declarado co-padroeiro do Brasil na Assembleia Geral da CNBB.⁴

Cruzeiro e Cruzeiro Novo 1942 - 1986

No período correspondente ao Cruzeiro, destaca-se principalmente um movimento denominado “Valorização da identidade nacional”, que teve início durante o Estado Novo, um período iniciado após o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas em 1937. Durante esse período, é frequente a presença da imagem do Mapa do Brasil, do Escudo da República e até mesmo do retrato do ditador.

Após o ano de 1965, torna-se comum a representação da República como principal alegoria deste período, que se estende até 1986. Curiosamente, dentro desse intervalo temporal, encontramos apenas duas peças que apresentam elementos religiosos.

20 Cruzeiros (1981 – 1986) - Numista – Essor Prof



10 Cruzeiros - Numista – Hex7ech

⁴ «São José de Anchieta é declarado padroeiro do Brasil». CBN. 26 de abril de 2015. Consultado em 29 de abril de 2015

No primeiro exemplar, na moeda de 20 Cruzeiros, temos a vista lateral da Igreja de São Francisco de Assis. Curiosamente, a igreja representada aqui não é o prédio original construído na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, mas sim o projeto feito pelo próprio Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho. No segundo exemplar, a nota de 10 Cruzeiros também faz parte do mesmo conjunto artístico, apresentando a representação de duas das doze esculturas de Aleijadinho, sendo a do profeta Daniel em primeiro plano.

No entanto, é importante ressaltar que esses exemplares não visam representação religiosa, mas sim uma valorização do nosso patrimônio histórico e artístico-arquitetônico.

Cruzado e Cruzado Novo 1986 – 1990



**1 Cruzeiro
Novo – Cruz
de Cristo - Nu-
mista – Emers-
son Pippi**

A Cruz de Cristo como elemento religioso na numismática brasileira já foi apontado nessa pesquisa, contudo, dentro do período que compreende o Cruzado e Cruzado Novo, não temos nenhuma representação religiosa em moedas de circulação, por isso trago como referência uma peça que nem chegou a entrar em circulação. Por fim, apesar de ser chamada de “Cruz de Cristo” não devemos confundir com a “Ordem do Nosso Senhor Jesus Cristo”, que, por mais que haja semelhanças entre os designers das duas representações, o CMN 250/89 que decidiu sobre essa cunhagem apenas define como “Representação alegórica da Cruz de Cristo”.



100 Cruzados – Trio Axé - Numismática Castro

As três moedas de 100 Cruzados do ano de 1988 conhecidas como “Trio Axé” foram cunhadas como uma edição comemorativa aos 100º Aniversário da Abolição da Escravatura no Brasil, possuindo as mesmas características, onde mudam apenas a figura de um homem, uma mulher e uma criança.

Todos os três rostos estão ao lado da palavra “AXÉ”, a Enciclopédia de Significados nos apresenta Axé da seguinte maneira:

“Axé, na língua iorubá, significa poder, energia ou força presentes em cada ser ou em cada coisa. Nas religiões afro-brasileiras, o termo representa a energia sagrada dos orixás. O axé pode ser representado por um objeto ou um ser que será carregado com a energia dos espíritos homenageados em um ritual religioso.”

Nestas moedas em questão precisamos fazer uma análise individual para entender o contexto do “Axé” nesta moeda para que assim possamos definir se nesta concepção artística ela possui cunho religioso, mas essa é uma pergunta que não tenho capacidade para responder.

Deus seja louvado

Foi neste período em que as primeiras cédulas com a expressão “Deus seja louvado” entraram em circulação no Brasil, foi a pedido do então Presidente, José Sarney, católico praticante solicitou que fosse incluída na cédula de Cruzado.



500 Cruzados

A Cédula de 500 Cruzados em si não apresenta nenhuma manifestação de cunho religioso, a não ser a expressão “Deus seja louvado”, no decorrer dos anos foram várias as manifestações para que essa expressão fosse retirada, uma vez que nosso Estado é declaradamente laico. Diante das tentativas de remoção da frase nas cédulas por parte do Ministério Público, José Sarney afirmou: “Eu tenho pena do homem que na face da terra não acredita em Deus”.⁵

Cruzeiro, Cruzeiro Real e Real 1990 – atual

Dentro desse período, as poucas manifestações religiosas que podemos destacar são bastante sucintas. Algumas delas têm apenas uma “correlação religiosa”, como é o caso da moeda comemorativa de 5 Reais do ano de 2014, em homenagem a São Luís como Patrimônio da Humanidade (UNESCO). Nesta moeda, encontramos a representação de um “Bumba-meu-boi”. Embora essa representação tenha como objetivo reforçar a cultura presente na cidade de São Luís, não há intenção explícita de abordar aspectos religiosos. No entanto, é importante notar que a festa do Bumba-meu-boi possui uma forte influência do catolicismo, principalmente devido à presença dos padroeiros da festa, como São João (considerado o principal), São Pedro e São Marçal.

⁵G1: Sarney diz que retirar menção a Deus de cédulas é ‘falta do que fazer’ (Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/11/sarney-diz-que-polemica-sobre-mencao-a-deus-e-falta-do-que-fazer.html>)



Cristo Redentor - Numista – Heritage Auctions

O Cristo Redentor foi representado em algumas moedas do Brasil, todas elas comemorativas e não circulantes, como este exemplar da foto, em homenagem ao centenário da FIFA, e também em algumas moedas dos Jogos Olímpicos.

Hoje, o Cristo Redentor é um dos principais símbolos da Cidade do Rio de Janeiro, sendo principalmente lembrado como ponto turístico e não exclusivamente como um local religioso. No entanto, é importante ressaltar que o Cristo Redentor é um santuário Católico, e é a Arquidiocese do Rio de Janeiro que administra a estátua e o platô do mirante.



50.000 Cruzeiros Reais – A Baiana - Numista – Nordboutique

A Cédula da Baiana é um exemplo marcante da iconografia religiosa, incorporando vários elementos do sincretismo religioso católico. Ao lado da figura da Bahiana, podemos observar diversos “barangandãs”, entre os quais se destacam alguns considerados particularmente significativos: a romã e o cacho de uva, simbolizando fertilidade; a madeira de figo e os dentes de animais, associados à proteção; o caju, representando a abundância; e os peixes, cordeiro e pombas do Espírito Santo.

Além disso, o reverso desta cédula apresenta uma representação da principal festa do sincretismo religioso brasileiro: a Lavagem do Bonfim. Este evento combina elementos do catolicismo com práticas religiosas afro-brasileiras, demonstrando a complexidade e riqueza do sincretismo religioso no país.

A Cédula da Baiana tornou-se uma das mais procuradas pelos colecionadores de cédulas brasileiras tanto pelo quantidade restante de cédulas que sobrevieram a um período difícil de transição de plano econômico e recolhimento de dinheiro em circulação quanto pela sua importância cultural e simbologia representadas. Ela não apenas reflete a diversidade religiosa do Brasil, mas também destaca a influência do sincretismo na arte e na sociedade brasileira.

Conclusão



Numista – Vladimir Thiengo

A iconografia religiosa presente nas moedas e cédulas do Brasil oferece uma fascinante visão da interseção entre fé, cultura e história. Desde as

primeiras moedas que circularam em nosso país, percebemos a presença marcante da benção divina dada ao monarca em exercício, refletida nas representações de símbolos sagrados e suas legendas. A expressão “Deus seja louvado”, que tem acompanhado nossas cédulas desde antes da introdução do real, é um testemunho duradouro dessa conexão espiritual, reafirmando a importância da fé na identidade nacional mesmo em um estado dito laico.

Ao longo dos séculos, as moedas e cédulas do Brasil serviram não apenas como meio de troca, mas também como artefatos culturais carregados de significado religioso. Elas nos contam histórias de devoção, sincretismo e diversidade espiritual, refletindo a riqueza e a complexidade da experiência religiosa brasileira.

Assim, ao observarmos as moedas e cédulas que passaram por nossas mãos ao longo dos anos, somos lembrados da presença constante da benção de Deus em nossa jornada como nação e infelizmente, na ausência de representatividade a pluralidade religiosa presente em nosso Brasil. E enquanto carregamos o legado da iconografia religiosa em nossos bolsos, somos convidados a refletir sobre nossa própria relação com a espiritualidade na nossa história coletiva.

Gostaria de encerrar agradecendo ao editor Oswaldo Rodrigues Jr. pelo convite para este artigo, que na verdade é o primeiro esboço do livro *Iconografia Religiosa na Numismática Nacional*, lançado em 2024 pela Editora Veritas. Com quase 140 páginas escritas, o livro aprofunda a análise sobre a iconografia religiosa presente nas moedas e cédulas do Brasil, oferecendo uma visão mais detalhada dessa interseção entre Estado, fé, cultura na história em nosso país.

Referências Bibliográficas

- AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos (1999). *A formação do império português (1415-1580)*, São Paulo, SP: Editora Atual.
- BRANDÃO, Renato Pereira (2021). *Guerreiros de Cristo na Terra de Santa Cruz: os Cavaleiros Templários e a expansão ultramarina Ibérica*. São Paulo, SP: Editora Dialética.
- CORRÊA DE OLIVEIRA, Plínio (1936). À Margem dos Fatos . *Legionário*, 190; 02 de fevereiro. https://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG7_360202_AMargemdosFatos.htm - acessado em 23/08/2024.
- COSTA, Grasiela Fragozo (2024). *A Casa da Moeda do Rio de Janeiro: A instituição e seus membros*. Rio de Janeiro: Editora Veritas, 1ª Edição.
- DANIEL-ROPS, Henri (1988). *A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires*. São Paulo: Quadrante, p. 405;
- DARRAS, Joseph Epiphane (1876). *Histoire Générale de l'Église*. Paris: Louis Vivès, 1876. v. IX, p. 7.
- DEL PRIORE, Mary (2019). D. Maria I – As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”. 1ª Edição. São Paulo, SP: Editora Benvirá.

- GONÇALVES**, Cleber Baptista (1989). *Casa da Moeda do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Moeda do Brasil, 2ª Edição.
- GRIMAL**, Pierra; **JABOUILLE**, Victor (1993). *Dicionário da mitologia grega e romana*, Edição Português. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MOORE**, Albert C (1977). *Iconography of religions: An introduction*. London: SCM Press.
- MUNHOZ**, Aduino Felisario (2018). *Vida de São Sebastião*. Aparecida(SP): Editora Santuário.
- PADILHA**, André Luiz de Castro (2023). *Numismática Bíblica: As moedas clássicas e suas relações teológicas, históricas e numismáticas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Veritas, 1ª ed.
- PINTO**, T. (2024). A igreja católica no Brasil. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/igreja-catolica-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 Jun. 20.
- PIPIPI**, Emerson. 1 Cruzado Novo com a Cruz de Cristo. *Sociedade Numismática Brasileira*, São Paulo, 01 de Fev. de 2023. Disponível em: <https://snb.org.br/2023/02/1-cruzado-novo-com-a-cruz-de-cris-to/>. Acesso em: 12 de Ago. de 2024;
- PORTO**, Editora. Religião na *Infopédia*. 2020. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$religia](https://www.infopedia.pt/$religia) Acesso em: 25 Jul. 2024;
- SARAIVA**, Antônio José. As crônicas de Fernão Lopes, Lisboa, Portugal: 1ª Edição - Editora Gradiva – 1993.
- SILVA**, Daniel Neves. “Deusa Atena”. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/mitologia/atenas.htm>. Acesso em 16 de agosto de 2024.



PREÇOS E SALÁRIOS NO IMPÉRIO ROMANO

Prices and salaries in the Roman Empire

Gabriel Amaral Lourenço

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar e analisar fontes históricas que documentam preços e salários em diferentes períodos do Império Romano. Embora a escassez de dados completos limite a compreensão plena do poder de compra ao longo de todo o período imperial, a pesquisa fornece uma base sólida para a investigação das dinâmicas das transações comerciais e das transformações econômicas ocorridas na época. Ao explorar estas fontes, buscamos lançar luz sobre as nuances econômicas do Império Romano, contribuindo para um entendimento mais aprofundado dos aspectos financeiros e sociais que moldaram sua economia.

Palavras chave: Preços, Salários, Império Romano

ABSTRACT

This study aims to present and analyze historical sources that document prices and wages during different periods of the Roman Empire. Although the lack of complete data limits a full understanding of the purchasing power throughout the entire imperial period, the research provides a solid foundation for investigating the dynamics of commercial transactions and economic transformations of the time. By exploring these sources, we seek to shed light on the economic nuances of the Roman Empire, contributing to a deeper understanding of the financial and social aspects that shaped its economy.

Keywords: Prices, Wages, Roman Empire

Recebido em 04/07/2024.

Aceito em 08/09/2024.

*Presidente fundador da Sociedade Numismática de Joinville – SNJ e Coordenador Regional Sul Brasileiro da Sociedade Numismática Brasileira – SNB. E-mail: amaraltaleb1@gmail.com

Determinar preços e o poder de compra de uma nação ou região de tempos passados é um grande desafio para os numismatas.

A escassez de registros detalhados sobre o custo individual de bens e serviços na Roma Antiga impede uma análise precisa e abrangente da economia romana. Embora existam algumas fontes, principalmente relativas a pagamentos militares, a variação temporal e espacial dos preços, somada à complexidade dos fatores que os influenciavam, dificulta uma comparação direta com os padrões econômicos modernos.

Fatores como instabilidade política, crises agrícolas, políticas monetárias e localização geográfica exerciam um papel fundamental na determinação dos preços. Assim como em nossas sociedades contemporâneas, eventos como guerras, mudanças de governo e desastres naturais podiam causar inflação ou deflação, impactando diretamente o poder aquisitivo dos romanos. Além disso, a distância dos centros produtores e a concentração urbana influenciavam significativamente os custos, com preços geralmente mais elevados nas grandes cidades.

Ainda assim, registros individuais podem, mesmo que por fragmentos, nos dar uma noção de como as pessoas realizavam suas trocas comerciais, ao menos em um determinado espaço de tempo.

Mas antes de falarmos sobre preços e salários da era romana, é importante conhecer as denominações básicas do Império.

Abaixo, uma taxa de conversão monetária usada no império ao longo dos séculos I e II d.e.c., o que permitirá uma base para os valores fornecidos posteriormente.



1 áureo = 25 denários



1 dupondio = 2 asses



1 denário = 4 sestércios



1 as = 2 semis



1 sestércio = 2 dupondios



1 semi = 2 quadrantes

Segundo Marco Valério Marcial, em seu livro *Epigramas Volume II* (53.7), é relatado que 2 asses eram um preço muito baixo, enquanto Sêneca em *Cartas* (18.7-8) afirmava que essa quantia permitia garantir alimento para uma pessoa pobre ou um cativo. Devemos notar, portanto, que as fontes podem variar de acordo com a interpretação pessoal de cada autor ou espaço-tempo.

Plínio, o Jovem descreve em (XIII.29) que Cícero deveria comprar uma mesa rara por um milhão de sestércios; similarmente, na época de Augusto, Galo Asínio tinha uma mesa por um milhão e cem mil sestércios.

Em *Cartas* (VI.3), Plínio relata que em 62 a.e.c., Cícero deveria comprar uma casa de Licínio Crasso, localizada no Palatino (zona nobre) por 3,5 milhões de sestércios. Para isso, o famoso orador foi forçado a fazer um grande empréstimo; o que era normal na Roma antiga.

Graças a Plínio, sabemos que a renda do aluguel de uma pequena propriedade rural na virada dos séculos I e II d.C. era de 100.000 sestércios por ano.

Marcus Tullius Cícero para Marcus Caelius (26), escreve que a entrada nos banhos públicos (*balneaticum*) era às vezes gratuita, e às vezes exigia apenas uma pequena quantia para 1 quarto de hora, e que o pagamento era feito ao gerente do balneário (*balneator*).

Inicialmente, o as era a unidade monetária básica, mas com o tempo, o sestércio ganhou proeminência, especialmente a partir da Segunda Guerra Púnica. Essa mudança reflete a crescente complexidade da economia romana e a necessidade de uma moeda mais estável para lidar com as demandas de um império em expansão.

A flutuação nos preços dos grãos, um bem essencial para a população romana, é um indicador claro da instabilidade econômica da época. O conflito com Cartago, liderado por Aníbal, causou devastadores impactos na agricultura italiana, levando a uma escassez de alimentos e, consequentemente, a uma alta nos preços. A importação de grãos do Egito, então sob domínio romano, tornou-se crucial para suprir a demanda interna, mas os custos de transporte e a especulação contribuíram para a inflação.

Após a vitória romana, a situação econômica começou a se estabilizar. A imposição de pesadas indenizações a Cartago e a exploração de novas terras conquistadas geraram uma grande entrada de riquezas em Roma. Contudo, a distribuição desses recursos não foi homogênea, e muitos camponeses continuaram a enfrentar dificuldades. A reconstrução da infraestrutura e a retomada da produção agrícola contribuíram para a queda gradual dos preços dos grãos, mas a economia romana ainda enfrentava desafios como

a concentração de terras nas mãos de poucos e a crescente desigualdade social.

A cidade romana de Pompeia foi soterrada por uma espessa camada de cinzas vulcânicas durante a erupção do Monte Vesúvio em 79 d.C. e deixou um sítio arqueológico rico em informações. Em uma das casas, registrado na parede, um morador calcula suas despesas para os próximos cinco dias (preços em asses):

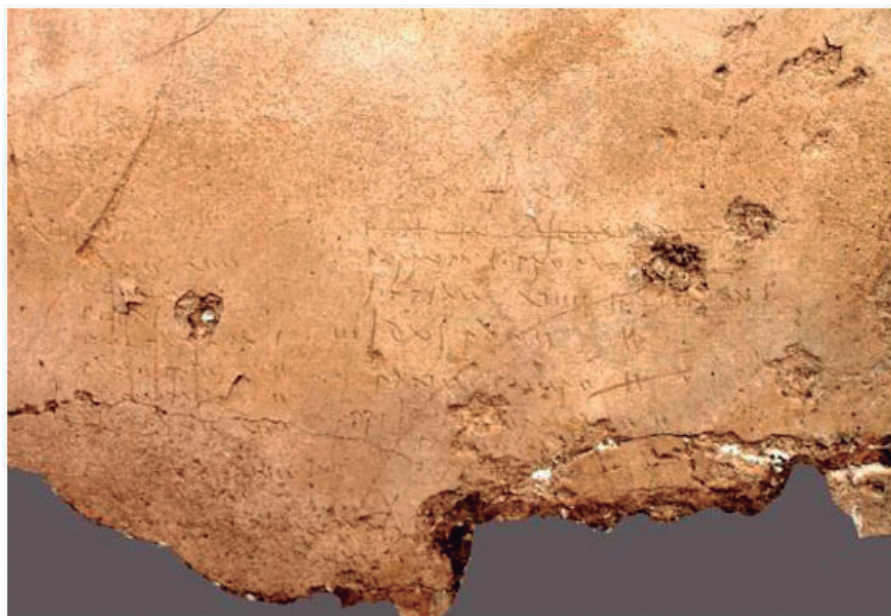
6º dia: queijo 1, pão 8, azeite 3, vinho 3;

7º dia: pão 8, óleo 5, cebola 5, tigela 1, pão para um escravo (?) 2, vinho 2;

8º dia: pão 8, pão para um escravo (?) 4, aveia descascada 3;

9º dia: vinho bom 1 denário, pão 8, vinho 2, queijo 2;

10º dia: (?) 1 denário, 2 pães, 8 para mulher, 1 denário de trigo, 1 pepino, 1 tâmara, 1 incenso, 2 queijos, 1 salsicha, 4 queijos macios, 7 azeite.



Edito Máximo de Diocleciano

A estabilidade econômica que caracterizou os primeiros séculos do Império Romano começou a ruir drasticamente no século III d.C. A mineração de metais preciosos, essencial para a cunhagem de moedas, entrou em declínio, levando à desvalorização da moeda e à inflação galopante. Para conter essa crise, o imperador Diocleciano promulgou em 301 d.C. o Edicto de Preços Máximos, uma medida que visava fixar os valores de mais de 1.400 produtos e serviços.

O edito, formalmente conhecido como *Edictum Diocletiani et Collegarum de Pretiis Rerum Venalium*, representava uma tentativa desesperada de controlar uma economia em colapso. Ao estabelecer preços máximos, Diocleciano buscava proteger a população dos efeitos da inflação e garantir o abastecimento dos mercados. No entanto, a complexidade da economia romana e a dificuldade em fazer cumprir uma lei tão abrangente tornaram o edito ineficaz. A escassez de produtos, o surgimento de mercados negros e a punição severa dos infratores apenas agravaram a situação

Segue lista de preços:

I. Leguminosas e grãos	VI. Legumes, frutas, ovos, leite
Trigo – 100 denários para cerca de 17 litros	Alface de boa qualidade – 4 denários por 5
Cevada – 60 centavos por 17 litros	Repolho, segunda qualidade – 4 denários por 10
Painço, descascado – 100 denários para cerca de 17 litros	Beterraba, maiores – 4 centavos por 5
Solettrado – 100 denários por cerca de 17 litros	Alho – 60 denários por 17 litros
Gergelim – 200 denários por 17 litros	Nabos menores – 4 centavos por 20
Cominho, refinado – 200 denários para cerca de 17 litros	Rabanete maior – 4 centavos por 10
II. Vinho, cerveja	Alho-poró maior – 4 centavos por 10
Vinho normal – 8 centavos por 0,5 litros	Ovos – 4 centavos por 4
Vinho Sabine – 30 denários por 0,5 litros	Espargos selvagens – 4 centavos por 50
Cerveja de trigo – 4 denários por 0,5 litros	Melão grande – 4 centavos por 2
III. Óleo, sal, vinagre, mel	Melancia – 4 centavos por 4
Azeite virgem extra, primeira qualidade – 40 denários por 0,5 litros	Maças pequenas – 4 centavos por 40
Vinagre – 6 centavos por 0,5 litros	Figos – 4 centavos por cerca de 300 g

Garum, primeira qualidade – 16 denários por 0,5 litros	Leite de ovelha – 8 denários por 0,5 litros
Sal – 100 denários por cerca de 17 litros	VII. Salários dos artesãos
Mel, boa qualidade – 40 denários por 0,5 litros	Trabalhador manual, com manutenção – 25 denários por dia
IV. Carne	Pedreiro, com manutenção – 50 denários por dia
Carne de porco – 12 centavos por cerca de 300 g	Pintor de parede, com manutenção – 75 denários por dia
Carne – 8 centavos por cerca de 300 g	Construtor de estatuetas de terracota, com manutenção – 75 denários por dia
Salsicha de carne – 10 centavos por cerca de 300 g	Padeiro, com manutenção – 50 denários por dia
Ganso engordado – 200 denários	Pastor, com manutenção – 25 denários por dia
Um par de galinhas – 60 denários	Cabeleireiro – 2 centavos por cliente
Tordos – 60 centavos por 10	Condutor de mulas, com manutenção – 25 denários por dia
Pavão – 300 denários	Veterinário, tosquiador e tratador de cascos – 6 denários por animal
Um par de patos – 40 denários	Armeiro, para afiar uma espada usada – 25 denários por uma espada
Coelho – 40 centavos	Notário para redigir uma petição ou redigir um documento – 10 denários por 100 linhas
Carne de javali – 16 denários para cerca de 300 g	Alfaiate, para cortar e terminar o casaco (tipo <i>caracalla</i>) – 25 denários cada
V. Peixe, frutos do mar, queijo	Instrutor de ginástica – 50 denários por um mês de assistência ao tutelado
Peixe marinho, não ósseo – 24 denários para cerca de 300 g	Professor de aritmética – 75 denários por um mês de assistência
Peixe de rio, segunda qualidade – 8 denários por cerca de 300 g	Vestiário em casa de banho privada – 2 denários para cada paciente
Peixe salgado – 6 denários para cerca de 300 g	VIII. Peles
Ostras – 100 denários por 100 peças	Couro babilônico, primeira qualidade – 500 denários
Queijo seco – 12 denários para cerca de 300 g	Pele de cabra, a maior, não queimada – 40 denários

Sardinhas – 16 denários por cerca de 300 g	Chapéu de pele de carneiro, completo – 200 denários
	Pele de carneiro, a maior, curtida – 30 denários
	Pele bronzeada de hiena – 60 centavos
	Pele de veado, curtida, qualidade superior – 100 denários
	Pele de lobo, curtida – 40 denários
	Pele de foca, curtida – 1500 denários
	Pele de leão, curtida – 1000 denários
IX. Sapatos, sandálias	XVI. Marfim, agulhas, vidro
Botas para soldados, sem reforço – 100 denários	Marfim – 150 denários por cerca de 300 g
Sapatos para senadores – 100 denários	Carapaça de tartaruga indiana – 100 denários para cerca de 300 g
Sapatos para o condutor de mulas – 60 denários	Vidro Alexandria – 24 denários por cerca de 300 g
Sandálias para agricultura – 80 denários	Agulha de costura de segunda qualidade – 2 denários
Sandálias gaulesas para correios – 60 denários	XVII. Transporte terrestre
Sandálias babilônicas – 120 denários	Taxa para uma pessoa – 2 centavos por milha
Chinelos masculinos, qualidade de primeira classe – 60 denários	Taxa para toda a van – 12 denários por milha
Chinelos femininos, qualidade de primeira classe – 50 denários	XVIII. Penas, plumas e forro
X. Artigos de couro	Penas de ganso – 100 denários por cerca de 300 g
Mala de viagem de primeira qualidade – 1500 denários	Uma pena de pavão, melhor – 2 denários
Sela militar – 500 denários	Penugem de salgueiro – 1000 denários por 30 kg
Saco, primeira qualidade – 120 denários	Pena de Abutre – 6 centavos por 25
XI. Produtos de camelo e cabra	Tinta de escrita – 12 denários para cerca de 300 g
Cerdas – 6 centavos por cerca de 300 g	XIX. Vestir

XII. Madeira	Casaco militar, a melhor qualidade – 4000 denários
Tábua de abeto, 50 metros de comprimento – 50.000 denários	Cobertura usada como barraca – 2.500 denários
Tábua de carvalho, 14 côvados de comprimento – 250 denários	Colcha branca – 1600 denários
Prancha de freixo, 14 metros de comprimento – 250 denários	Manto de lã da cidade de Mutina ou Laodicéia, com uma faixa roxa – 15.000 denários
XIII. Pentes, fusos – equipamentos para cabelo	Casaco curto – 1000 denários
Pente de buxo – 12 centavos	Cobertura da África – 1.500 denários
XIV. Artigos/produtos de madeira	XX. Salários para bordadeiras
30 classificações – 150 moedas	Uma bordadeira trabalhando com seda pura, com manutenção – 25 denários por dia
Uma porção de lenha para mula – 30 denários por 98 kg	XXI. Salários para tecelões
XV. Peças e componentes de veículos de madeira; ferramentas	Tecelão de linho, boa qualidade, com manutenção – 40 denários por dia
Eixo não giratório – 200 denários	XXII. Salários para fullers
Braçadeira invertida – 45 denários	Para uma túnica sem adornos feita de lã mais grossa – 20 denários
Vagão-leito – 7500 ou 400 denários (dependendo do tipo)	Para um novo casaco leve feito de lã da cidade de Mutina – 250 denários
Vagão de carga – 6000 ou 3500 denários (dependendo do tipo)	XXIII. Seda
Pá – 4 centavos	Seda branca não processada – 12.000 denários para aproximadamente 300 g
Moedor manual – 250 denários	XXIV. Lã roxa
Peneira grande – 200 denários	Lã tingida de roxo – 50.000 denários por cerca de 300 g
Tijolo redondo – 4 denários	

XXV. Lã	XXXIII. Mármore e outras pedras
Lã Taranto, lavada – 175 denários para cerca de 300 g	Mármore branco – 75 denários por 0,028 m 3
XXVI. Linho	Mármore verde – 150 denários por 0,028 m 3
Linho penteado, não fiado, de primeira qualidade – 24 denários por cerca de 300 g	Granito cinza da montanha Claudiana no Egito – 100 denários por 0,028 m 3
XXX. Ouro e prata	Porfírio do Egito – 250 denários por 0,028 m 3
Ouro puro, em barras ou moedas – 72.000 denários por cerca de 300 g	XXXIV. Animais selvagens
Prata pura, em barras ou moedas – 6000 denários por cerca de 300 g	Avestruz – 5.000 denários
XXXI. Escravos	Urso, primeira classe – 25.000 denários
Ruim entre 16 e 40 anos – 30.000 denários	Javali, primeira classe – 6000 denários
Mulher de 16 a 40 anos – 25.000 denários	Leão, Primeira Classe – 150.000 denários
Homem de 40 a 60 anos – 25.000 denários	Leopardo, primeira classe – 100.000 denários
Mulher de 40 a 60 anos – 20.000 denários	XXXV. Pergaminho, papiro
Menino/menina de 8 a 16 anos – 20.000 denários	Cera vermelha – 25 denários para cerca de 300 g
Menino até 8 anos ou homem com mais de 60 anos – 15.000 denários	Cesta de fibra de palma – 4 centavos
Uma menina com menos de 8 anos ou uma mulher com mais de 60 anos – 10.000 denários	XXXVI. Adesivos, especiarias, corantes, fragrâncias e muito mais
XXXII. Gado e animais de tração	Açafrão da Arábia – 2000 para cerca de 300 g
Vaca, boa qualidade – 2000 denários	Incenso de boa qualidade – 100 denários para cerca de 300 g
Ovelhas, boa qualidade – 400 denários	Pimenta – 800 denários por cerca de 300 g
Burro para montar – 15.000 denários	Gengibre seco – 250 denários para cerca de 300 g
Burro para vestir – 7000 denários	Óleo de rosas, primeira qualidade – 80 denários para cerca de 300 g

Camelo da Arábia, boa qualidade – 12.000 denários	Mel de rosas – 75 denários para cerca de 300 gramas
Cavalo de corrida – 100.000 denários	XXXVII. Transporte marítimo e fluvial
Um touro de boa qualidade – 5000 denários	Alexandria – Roma/Óstia – 16 denários por cerca de 17 litros de mercadorias
	Nicomédia – Roma – 18 denários por cerca de 17 litros de mercadorias
	Sicília – Roma/Messana – 6 denários por aproximadamente 17 litros de mercadorias
	Espanha – Roma – 10 denários por cerca de 17 litros de mercadorias
	Roma – Achaya/Corinto – 14 denários por cerca de 17 litros de mercadorias
	Roma - Síria - 18 denários por 17 litros de mercadorias

Salários militares

A remuneração dos legionários romanos, a espinha dorsal do poderoso exército imperial, sofreu significativas alterações ao longo dos séculos. A compreensão desses ajustes salariais é fundamental para entender a dinâmica social e econômica de Roma, bem como a importância estratégica do exército na manutenção do império.

Os mais antigos registros sobre os salários dos legionários romanos são encontrados nas obras de Políbio, historiador grego do século II a.C. Segundo ele, um legionário recebia cerca de 120 denários por ano. Com a ascensão de Júlio César, no século I a.C., essa remuneração foi elevada para 225 denários, um aumento substancial que refletia a crescente importância do exército romano.

Ao longo dos séculos seguintes, os salários dos legionários continuaram a ser ajustados. Durante o reinado de Domiciano (81-96 d.C.), a remuneração anual alcançou 1.200 sestércios. Septímio Severo (193-211 d.C.) elevou ainda mais esse valor, para 2.400 sestércios, e seu sucessor, Caracala (211-217 d.C.), aumentou para 3.600 sestércios. No entanto, Maximino Trácio (235-238 d.C.) reverteu parte desse aumento, fixando o salário em 1.800 denários (7.200 sestércios).

A remuneração dos oficiais, como os centuriões, era significativamente

maior do que a dos legionários comuns. Durante o reinado de Domiciano, por exemplo, um centurião recebia 1.800 sestércios por ano, enquanto um legionário recebia 1.200. No século II d.C., o salário de um centurião já havia alcançado 15.000 sestércios, demonstrando a valorização da hierarquia militar e a importância de manter o moral das tropas.

É fundamental ressaltar que a evolução dos salários dos legionários deve ser analisada em conjunto com as flutuações monetárias. A prática romana de reduzir o teor de metal precioso nas moedas, conhecida como «deterioração», causou uma inflação constante. Consequentemente, os aumentos salariais nem sempre representavam um aumento real do poder aquisitivo.

Preços de escravos

O mercado de escravos na Roma Antiga era tão diversificado quanto a própria sociedade romana. O valor de um escravo era determinado por uma série de fatores, incluindo habilidades, idade, saúde e origem geográfica. Escravos altamente qualificados podiam ser considerados verdadeiros investimentos, alcançando preços astronômicos.

Plínio, o Velho, em sua *História Natural* (VII.39), relata um caso emblemático: o cônsul Marcus Emilius Scaurus adquiriu um gramático chamado Daphnis por nada menos que 700.000 sestércios. Essa quantia exorbitante demonstra o valor atribuído a indivíduos com conhecimento especializado. Da mesma forma, Cícero, em sua defesa de Roscius Amerinus, menciona o caso de Panurgus, um escravo que, após receber treinamento em atuação, viu seu valor multiplicado por 25, passando de 4.000 para 100.000 sestércios.

Para a maioria dos romanos, no entanto, os escravos eram vistos como ferramentas de produção. Catão, o Velho, um proeminente agricultor romano, estabeleceu um valor de referência para escravos destinados ao trabalho rural: 6.000 sestércios (Plutarco, *Vida de Catão, o Velho*, 4.4). Durante o período imperial, os preços médios para escravos destinados a trabalhos domésticos ou agrícolas variavam entre 1.200 e 1.500 sestércios. Horácio, em suas *Sátiras* (II.7.43), considera 2.000 sestércios um preço justo para um escravo.

Evidências arqueológicas corroboram os dados literários. Em Roșia Montană, na atual Romênia, foram encontradas tábuas de cera datadas do século II d.C., que registravam transações envolvendo a compra e venda de escravos. Um desses documentos, datado de 135 d.C., registra a compra de uma escrava por 205 denários (equivalente a 820 sestércios), enquanto ou-

tro, de 142 d.C., menciona a venda de um menino escravo por 600 denários (2.400 sestércios).

Conclusão

A análise dos preços e salários no Império Romano enfrenta desafios significativos devido à escassez e à natureza imprecisa dos dados históricos disponíveis. A falta de informações padronizadas sobre inflação e custos de vida em diferentes regiões e períodos dificulta a construção de um quadro preciso da economia romana. No entanto, a coleta e a análise de dados individuais, como inscrições em monumentos e registros de transações comerciais e troca de cartas, nos permitem reconstruir, de forma gradual, uma imagem mais realista do poder aquisitivo das moedas romanas e das condições de vida da população. Embora seja impossível obter uma visão totalmente precisa e abrangente da economia romana, a pesquisa nesse campo permite aos numismatas, historiadores e economistas aprofundar seus conhecimentos sobre essa civilização e compreender melhor as dinâmicas econômicas que moldaram o Império Romano.

Referências Bibliográficas

VON REDEN, Sitty. Money in Classical Antiquity. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

Imagens das Moedas: <https://www.ha.com>

Imagem de pompeia: <https://www.pompei.numismaticadellostato.it>

CÉDULAS DE POLÍMERO: TRANSFORMANDO O CENÁRIO MONETÁRIO GLOBAL COM SEGURANÇA, DURABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

*Polymer banknotes: transforming the
global monetary scenario with safety,
durability, and sustainability*

Pedro Emanuel Rodrigues Aguiar

RESUMO

Este artigo aborda o uso de cédulas de polímero em diferentes países ao redor do mundo, destacando suas vantagens, desvantagens e impactos econômicos e ambientais. A pesquisa analisa a evolução das cédulas de polímero, sua aceitação pelo público e as tecnologias envolvidas na sua produção. As cédulas de polímero representam uma evolução significativa na moeda fiduciária, oferecendo uma solução eficiente, segura e ambientalmente sustentável para as necessidades financeiras modernas. A adoção de cédulas de polímero proporciona não apenas benefícios econômicos a longo prazo, mas também contribui para um futuro mais seguro e sustentável para os sistemas monetários globais. Os resultados indicam que, embora as cédulas de polímero apresentem custos de produção mais elevados, elas oferecem benefícios a longo prazo, como maior durabilidade e segurança.

Palavras-chave: Cédulas de polímero, durabilidade, segurança monetária, impacto ambiental, aceitação pública, inovação tecnológica, sustentabilidade.

Recebido em 02/09/2024
Aceito em 09/09/2024.

*Bacharel em História e graduado pela Universidade Estácio BH; Formado em Gastronomia pelo Instituto Gastronômico das Américas. Colecionador desde os 10 anos e apaixonado pela numismática e filatelia. E-mail: procad.digital@hotmail.com

ABSTRACT

This article explores the use of polymer banknotes in several countries around the world, highlighting their advantages, disadvantages, and economic and environmental impacts. The research examines the evolution of polymer banknotes, their public acceptance, and the technologies involved in their production. Polymer banknotes represent a significant evolution in fiat money, offering an efficient, secure, and environmentally sustainable solution for modern financial needs. The adoption of polymer banknotes not only provides long-term economic benefits but also contributes to a safer and more sustainable future for global monetary systems. The findings indicate that although polymer banknotes have higher production costs, they offer long-term benefits such as increased durability and security.

Keywords: Polymer banknotes, durability, monetary security, environmental impact, public acceptance, technological innovation, sustainability.

Cédulas de polímero: Transformando o cenário monetário global com segurança, durabilidade e sustentabilidade

Nos últimos anos, o mundo tem testemunhado uma transformação significativa no design e na produção de cédulas monetárias. Tradicionalmente, as cédulas de papel, feitas de fibras de algodão ou misturas de papel, têm sido o padrão predominante. No entanto, a introdução e a crescente adoção de cédulas de polímero marcaram uma nova era na tecnologia de fabricação de dinheiro. As cédulas de polímero são produzidas a partir de plásticos especiais, geralmente polipropileno biaxialmente orientado (BOPP), que oferecem uma série de vantagens sobre as cédulas tradicionais de papel.

A Austrália foi pioneira nessa inovação ao emitir as primeiras cédulas de polímero em 1988. Desde então, a tecnologia se espalhou globalmente, com países como Canadá, Reino Unido, Nigéria, México e Brasil adotando cédulas de polímero em várias denominações. A mudança para cédulas de polímero é frequentemente motivada por questões de durabilidade e segurança. A vida útil prolongada dessas cédulas, que pode ser de duas a quatro vezes maior do que as cédulas de papel, resulta em uma economia significativa para os bancos centrais, uma vez que menos cédulas precisam ser impressas e substituídas ao longo do tempo. Além disso, as cédulas de polímero são mais difíceis de falsificar devido às suas avançadas caracterís-

ticas de segurança, como janelas transparentes, hologramas e elementos de segurança embutidos.

Do ponto de vista ambiental, as cédulas de polímero apresentam uma pegada ecológica diferente das cédulas de papel. Embora a produção inicial de cédulas de polímero exija mais energia e recursos, sua durabilidade reduz a frequência de substituição, resultando em menor consumo de recursos naturais e menos resíduos ao longo do tempo. Além disso, muitas cédulas de polímero são recicláveis, o que contribui para um ciclo de vida mais sustentável em comparação com as cédulas de papel, que frequentemente são descartadas após o uso.

No entanto, a transição para cédulas de polímero não está isenta de desafios. O custo inicial de produção é significativamente mais alto do que o das cédulas de papel, o que pode ser um obstáculo para alguns países, especialmente aqueles com orçamentos mais restritos. Além disso, a aceitação pública pode variar, exigindo campanhas de educação e conscientização para facilitar a adaptação dos cidadãos às novas cédulas. Questões culturais e de costume também podem influenciar a percepção e a aceitação das cédulas de polímero.

Uma das principais justificativas para a adoção das cédulas de polímero é sua durabilidade superior em comparação com as cédulas de papel. Cédulas de papel são suscetíveis ao desgaste rápido, especialmente em climas úmidos ou em países onde o manuseio frequente de dinheiro é comum. Em contraste, as cédulas de polímero são resistentes a rasgos, sujeira e umidade, o que lhes confere uma vida útil significativamente mais longa. Estudos mostram que as cédulas de polímero podem durar de duas a quatro vezes mais do que as de papel. Esta durabilidade prolongada resulta em uma economia considerável para os bancos centrais e governos, uma vez que menos cédulas precisam ser substituídas e, conseqüentemente, menos recursos são gastos na produção e distribuição de novas cédulas.

A falsificação de moeda é um problema persistente que ameaça a estabilidade econômica e a confiança pública em muitos países. As cédulas de polímero oferecem uma série de recursos de segurança avançados que são mais difíceis de replicar do que aqueles encontrados nas cédulas de papel. Estas características incluem janelas transparentes, hologramas, elementos de tinta que mudam de cor e padrões complexos impressos diretamente no substrato de polímero. Essas medidas de segurança tornam as cédulas de polímero extremamente difíceis de falsificar, ajudando a proteger a integridade do sistema monetário e a reduzir as perdas associadas à falsificação.

Embora a produção inicial de cédulas de polímero possa ser mais intensiva em termos de energia e recursos do que a produção de cédulas de papel, a maior durabilidade das cédulas de polímero significa que elas precisam ser substituídas com menos frequência. Isso resulta em um menor consumo de recursos naturais ao longo do tempo e uma redução significativa na quantidade de resíduos gerados. Além disso, muitas cédulas de polímero são recicláveis, permitindo que os materiais sejam reutilizados para a produção de novas cédulas ou outros produtos de plástico, o que contribui para um ciclo de vida mais sustentável.

A transição para cédulas de polímero também pode melhorar a eficiência operacional dos bancos centrais e das instituições financeiras. As cédulas de polímero são mais fáceis de manusear e processar em máquinas de contagem e classificação de dinheiro, devido à sua rigidez e resistência ao encolhimento e à deformação. Isso pode resultar em menos interrupções e manutenção das máquinas, além de acelerar os processos de contagem e verificação de cédulas.

A aceitação pública das cédulas de polímero é uma consideração crucial para sua implementação bem-sucedida. Embora inicialmente possa haver resistência à mudança devido ao hábito e à familiaridade com as cédulas de papel, a experiência de vários países mostra que o público tende a se adaptar rapidamente às novas cédulas. Campanhas de educação e conscientização podem ajudar a facilitar essa transição, destacando as vantagens das cédulas de polímero em termos de durabilidade, segurança e sustentabilidade. Além disso, a experiência de uso aprimorada – como a maior resistência à sujeira e ao desgaste – tende a aumentar a aceitação pública a longo prazo.

A longo prazo, a transição para cédulas de polímero pode contribuir para uma maior sustentabilidade econômica. A redução dos custos associados à substituição frequente de cédulas de papel e a diminuição das perdas relacionadas à falsificação podem liberar recursos financeiros que podem ser reinvestidos em outras áreas críticas da economia. Além disso, a adoção de tecnologias mais avançadas na produção de cédulas de polímero pode impulsionar a inovação e o desenvolvimento de novas soluções no campo da segurança monetária.

Em suma, a adoção de cédulas de polímero é justificada por uma combinação de fatores econômicos, de segurança, ambientais e operacionais. A maior durabilidade e segurança das cédulas de polímero, aliadas a seus benefícios ambientais e à eficiência operacional, fazem delas uma alternativa viável e vantajosa às cédulas de papel. A transição para cédulas de polímero

representa não apenas uma melhoria tecnológica, mas também um passo significativo em direção a uma gestão monetária mais eficiente, segura e sustentável.

Evolução Histórica das Cédulas de Polímero

As cédulas de polímero introduzidas pela primeira vez na Austrália foram resultado de uma década de pesquisa e desenvolvimento liderados pelo Reserve Bank of Australia (RBA) e pela Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation (CSIRO). A motivação inicial para a criação das cédulas de polímero foi a necessidade de combater a falsificação, que estava se tornando um problema significativo para as cédulas de papel. A primeira cédula de polímero emitida foi a nota comemorativa de 10 dólares australianos, que apresentou um conjunto de características de segurança inovadoras, como uma janela transparente.

Após o sucesso inicial na Austrália, outros países começaram a explorar e adotar cédulas de polímero. Na década de 1990, países como Nova Zelândia e Romênia seguiram o exemplo australiano. A Nova Zelândia lançou suas primeiras cédulas de polímero em 1999, enquanto a Romênia introduziu as suas em 1999, tornando-se o primeiro país europeu a adotar essa tecnologia. O Canadá seguiu em 2011, e o Reino Unido começou a emitir cédulas de polímero em 2016, com a nota de 5 libras esterlinas.

As cédulas de polímero evoluíram significativamente desde sua introdução. Inovações tecnológicas têm melhorado continuamente a segurança, durabilidade e sustentabilidade dessas cédulas. As janelas transparentes, por exemplo, foram aprimoradas com hologramas e tintas que mudam de cor, tornando as cédulas ainda mais difíceis de falsificar. Além disso, novos processos de impressão e revestimentos especiais aumentaram a resistência ao desgaste e à sujeira.

Vantagens e Desvantagens das Cédulas de Polímero

1. VANTAGENS

1.1. Durabilidade

Uma das principais vantagens das cédulas de polímero é sua durabilidade superior. Estudos mostram que essas cédulas podem durar de duas a quatro vezes mais do que as cédulas de papel, devido à sua resistência a rasgos, sujeira e umidade. Isso resulta em uma menor necessidade de reposição, economizando recursos e custos associados à produção e distribuição de novas cédulas.

1.2. Segurança

As cédulas de polímero são projetadas com características de segurança avançadas que dificultam a falsificação. Janelas transparentes, hologramas, tintas que mudam de cor e elementos de segurança embutidos são alguns dos recursos que tornam essas cédulas extremamente seguras. A dificuldade em replicar esses elementos reduz significativamente os índices de falsificação.

1.3. Sustentabilidade

Embora a produção inicial de cédulas de polímero exija mais energia e recursos do que a de cédulas de papel, sua durabilidade prolongada implica em menos reposições, o que resulta em menor consumo de recursos naturais ao longo do tempo. Além disso, muitas cédulas de polímero são recicláveis, o que contribui para uma menor pegada ecológica.

2. DESVANTAGENS

2.1. Custo Inicial

O custo inicial de produção das cédulas de polímero é significativamente mais alto do que o das cédulas de papel. Isso pode ser um obstáculo para alguns países, especialmente aqueles com orçamentos restritos. No entanto, os custos elevados são frequentemente compensados pela durabilidade superior e menor necessidade de reposição.

2.2. Desafios de Reciclagem

Embora as cédulas de polímero sejam recicláveis, o processo de reciclagem ainda está em desenvolvimento em muitos países. A reciclagem eficiente dessas cédulas requer infraestrutura e tecnologia específicas, que podem não estar disponíveis em todas as regiões.

2.3. Aceitação Pública

A aceitação pública das cédulas de polímero pode variar, e a transição de cédulas de papel para polímero pode enfrentar resistência inicial. Questões culturais e de hábito podem influenciar a percepção das novas cédulas. Campanhas de educação e conscientização são essenciais para facilitar a adaptação dos cidadãos às cédulas de polímero.

Impactos Econômicos e Ambientais

Apesar do custo inicial mais elevado, as cédulas de polímero oferecem economias significativas a longo prazo. Sua durabilidade superior reduz a frequência de substituição, resultando em menos gastos com produção e distribuição de novas cédulas. Bancos centrais de diversos países relataram economias substanciais após a adoção de cédulas de polímero.

As cédulas de polímero são mais fáceis de manusear e processar em máquinas de contagem e classificação de dinheiro, devido à sua rigidez e resistência ao encolhimento e deformação. Isso pode resultar em menos interrupções e manutenção das máquinas, além de acelerar os processos de contagem e verificação de cédulas.

A maior durabilidade das cédulas de polímero implica em menos necessidade de reposição, resultando em menor consumo de recursos naturais ao longo do tempo. Além disso, a capacidade de reciclagem das cédulas de polímero contribui para a redução do impacto ambiental.

A produção de cédulas de polímero, embora inicialmente mais intensiva em termos de energia, pode resultar em menores emissões de CO₂ ao longo do tempo devido à sua durabilidade. A menor frequência de produção e substituição de cédulas implica em menos emissões associadas ao transporte e processamento.

Aceitação Pública

A aceitação das cédulas de polímero varia de país para país. Em geral, após um período de adaptação, a maioria dos usuários reconhece e valoriza as vantagens das cédulas de polímero, especialmente em termos de durabilidade e segurança. Pesquisas de opinião indicam que a percepção pública tende a melhorar com o tempo, à medida que os benefícios das cédulas de polímero se tornam mais evidentes.

Para facilitar a transição para cédulas de polímero, muitos países implementam campanhas de educação e conscientização. Essas campanhas informam o público sobre as características, vantagens e cuidados com as novas cédulas, ajudando a reduzir a resistência inicial e a aumentar a aceitação pública.

As experiências práticas dos usuários com cédulas de polímero são geralmente positivas. A resistência à sujeira e ao desgaste, juntamente com a facilidade de manuseio, são frequentemente citadas como vantagens significativas. No entanto, alguns usuários relatam desafios iniciais, como a sensação diferente ao toque e a rigidez das cédulas.

Estudos de Caso

A Austrália, como pioneira na adoção de cédulas de polímero, oferece um estudo de caso detalhado sobre os benefícios e desafios dessa tecnologia. A experiência australiana destaca a eficácia das cédulas de polímero em reduzir a falsificação e a economia significativa de custos a longo prazo.

O Canadá adotou cédulas de polímero em 2011, com foco em segurança e durabilidade. A transição foi amplamente bem-sucedida, com reduções notáveis na falsificação e uma alta aceitação pública. A experiência canadense também demonstra o impacto positivo das cédulas de polímero na eficiência operacional dos bancos.

No Reino Unido, a introdução de cédulas de polímero começou com a nota de 5 libras esterlinas em 2016, seguida pelas notas de 10 e 20 libras. A transição foi marcada por campanhas de conscientização pública e uma aceitação gradual das novas cédulas. A experiência britânica sublinha a importância da comunicação eficaz e da educação do público.

A Nigéria adotou cédulas de polímero em 2007 para algumas denominações. O estudo de caso nigeriano ilustra os desafios e benefícios em um contexto de país em desenvolvimento, incluindo questões de infraestrutura de reciclagem e a resposta do público à nova tecnologia.

O Brasil oferece um exemplo de uso misto de cédulas de polímero e de papel. As cédulas de polímero foram introduzidas no Brasil em 2000 com uma série comemorativa de 10 reais pelo 500º aniversário do descobrimento do país. O país não expandiu o uso de cédulas de polímero após essa emissão inicial, principalmente devido aos custos de produção mais altos e ajustes necessários na infraestrutura bancária.

A análise do caso brasileiro permite uma comparação direta entre as duas tecnologias, destacando as vantagens e desvantagens em diferentes contextos econômicos e culturais.

Considerações Finais

O estudo das cédulas de polímero revela uma tecnologia monetária inovadora que traz diversas vantagens significativas sobre as cédulas de papel tradicionais. Desde sua introdução na Austrália em 1988, as cédulas de polímero têm se mostrado uma alternativa viável e, em muitos aspectos, superior, oferecendo durabilidade, segurança e benefícios ambientais que justificam sua adoção crescente em todo o mundo.

As cédulas de polímero apresentam uma durabilidade substancialmente maior, com uma vida útil que pode ser de duas a quatro vezes superior à das cédulas de papel. Essa durabilidade resulta em menos substituições

frequentes e, conseqüentemente, em uma economia de custos significativos a longo prazo. As características de segurança das cédulas de polímero, como janelas transparentes, hologramas e tintas que mudam de cor, dificultam a falsificação e aumentam a confiança do público na moeda.

No entanto, a produção inicial de cédulas de polímero é mais cara, e o processo de reciclagem ainda apresenta desafios em muitos países. Além disso, a aceitação pública pode enfrentar resistência inicial devido a diferenças táteis e à rigidez das cédulas de polímero em comparação com as cédulas de papel.

Do ponto de vista econômico, a adoção de cédulas de polímero tem demonstrado uma redução significativa nos custos operacionais dos bancos centrais devido à sua maior durabilidade. A eficiência operacional é melhorada pela maior resistência das cédulas de polímero ao desgaste e à sujeira, o que reduz a necessidade de manutenção de equipamentos de contagem e processamento.

Ambientalmente, as cédulas de polímero, embora inicialmente mais intensivas em termos de produção, oferecem benefícios a longo prazo. Sua durabilidade reduz a frequência de reposição, resultando em menor consumo de recursos naturais e menores emissões de CO₂. A reciclabilidade das cédulas de polímero também contribui para a sustentabilidade, embora a infraestrutura de reciclagem precise ser aprimorada em muitos países para maximizar esses benefícios.

A aceitação pública das cédulas de polímero tende a aumentar com o tempo, à medida que os usuários se familiarizam com suas vantagens, especialmente em termos de durabilidade e segurança. Campanhas de educação e conscientização são cruciais para facilitar essa transição, informando o público sobre como manusear e cuidar das novas cédulas.

Estudos de caso em países como Austrália, Canadá, Reino Unido, Nigéria e Brasil demonstram que, apesar das variações nas reações iniciais, a maioria dos usuários reconhece e valoriza os benefícios das cédulas de polímero após um período de adaptação.

Para países que consideram a transição para cédulas de polímero, é recomendável desenvolver uma estratégia de implementação bem planejada que inclua:

- **Estudos Piloto:** Realizar estudos piloto para avaliar a resposta pública e identificar possíveis desafios antes de uma implementação em larga escala.
- **Campanhas de Educação:** Implementar campanhas de educação e conscientização para informar o público sobre as características e vantagens

das cédulas de polímero.

- **Parcerias Tecnológicas:** Colaborar com especialistas e empresas tecnológicas para garantir a produção eficiente e a reciclagem adequada das cédulas de polímero.

Investir em infraestrutura de reciclagem é crucial para maximizar os benefícios ambientais das cédulas de polímero. Desenvolver processos de reciclagem mais eficientes e acessíveis pode reduzir ainda mais a pegada ecológica dessas cédulas.

Continuar investindo em pesquisa e desenvolvimento para aprimorar as cédulas de polímero. Inovações tecnológicas podem levar a cédulas ainda mais seguras, duráveis e sustentáveis. Explorar novos materiais e tecnologias de impressão pode oferecer oportunidades para melhorar ainda mais a eficiência e a eficácia das cédulas de polímero.

O futuro das cédulas de polímero parece promissor, com uma tendência crescente de adoção global. À medida que mais países reconhecem os benefícios dessa tecnologia, espera-se que as cédulas de polímero se tornem a norma em muitos sistemas monetários. As contínuas inovações tecnológicas e as melhorias na infraestrutura de reciclagem provavelmente aumentarão ainda mais a atratividade e a sustentabilidade das cédulas de polímero.

Além disso, a integração de novas tecnologias, como recursos de segurança digital e materiais avançados, pode transformar as cédulas de polímero em uma parte ainda mais essencial e eficiente dos sistemas financeiros modernos. A evolução contínua dessas cédulas oferece um caminho promissor para um futuro mais seguro, econômico e ambientalmente sustentável.

Referências bibliográficas

- STRAUS, Stane; LUDWIG, Donald; KEE H.B, Tigerson (2021). **POLYMER 2021**. Virginia Beach (VA): CDN Publishing.
- SOLOMON, David; SPURLING, Tom (2014). *The Plastic Banknote: From concept to Reality*. Clayton (Australia): CSIRO Publishing.
- COHEN, Benjamin (2004). *The future of Money*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1a ed.
- RAHMAN, Rema (2011). *Who, What, Why: Why don't more countries use plastic banknotes?* BBC News 18 de novembro. <https://www.bbc.com/news/magazine-15782723>
- SAVAGE, Neil (2023). Here Comes the Plastic Money. MIT Technology Review. <https://www.technologyreview.com/2012/03/23/187066/here-comes-the-plastic-money/>
- MACEDO, Jorge (2013). Tecnologia é essencial para dificultar a falsificação de dinheiro. *Estado de Minas*. https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2013/05/21/interna_tecnologia,391318/tecnologia-e-essencial-para-dificultar-a-falsificacao-de-dinheiro.shtml
- RIBEIRO, Weudson (2022). Não rasgam: notas com rosto de Charles 3º serão todas de plástico. *Universo Online - Economia*. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/18/notas-com-charles-3-serao-de-plastico-material-nao-deu-certo-no-brasil.htm>
- POLYMERNOTES.ORG. *Currency consulting, management and solutions* <https://www.polymernotes.org/>
- Banco Central do Brasil. *Cédula comemorativa*. <https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/cedulas especiaisnb>

O INÍCIO DA COLEÇÃO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL*

The Beginning of the Numismatic Collection of the National Historical Museum

Giovanni Miceli Puperi¹

sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel²

RESUMO

Fundado em 1922 como uma instituição pioneira, o Museu Histórico Nacional surgiu como um centro para a celebração da história nacional, refletindo as aspirações intelectuais da época. A organização inicial dessa coleção foi fortemente influenciada pelas personalidades envolvidas, refletindo um período de “culto à personalidade” dentro do museu. Este artigo explora os primeiros anos da coleção, com foco no período em que Edgar de Araújo Romero chefiou a seção de numismática, até 1951, e foi personalidade crucial para moldar o foco e o legado numismático do museu. A análise também passa pelo impacto das doações e aquisições desse período, evidenciando como a coleção numismática do museu evoluiu e continua a refletir tendências históricas e culturais mais amplas. A análise busca compreender os possíveis padrões e relações existentes nesse momento histórico desse setor da instituição a partir de uma revisão bibliográfica e de uma análise qualitativa das fontes primárias disponibilizadas pelo museu. As conclusões apontam o impacto das doações e aquisições nesse período, evidenciando como a coleção numismática do museu evoluiu e as flutuações e momentos decisivos nessa trajetória, que, no entanto, não se aproximou numericamente do vulto formador inicial.

Palavras-chave: Museu; Museu Histórico Nacional; Coleção; Numismática.

Recebido em 15/09/2024

Aceito em 19/09/2024

*Financiamento: CAPES

¹Mestrando em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS, UNIRIO/MAST). Contatos: gpuperi@gmail.com - 21 99698-9937

²Diretor do Museu de Astronomia - MAST e professor da Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins.

ABSTRACT

Founded in 1922 as a pioneering institution, the National Historical Museum emerged as a center for the celebration of national history, reflecting the intellectual aspirations of the time. The initial organization of this collection was heavily influenced by the personalities involved, mirroring a period of “personality cult” within the museum. This article explores the early years of the collection, focusing on the period when Edgar de Araújo Romero led the numismatic section (until 1951), who was a key figure in shaping the museum’s focus and legacy when it comes to its numismatic section. The analysis also covers the impact of donations and acquisitions from this period, highlighting how the museum’s numismatic collection evolved and changed to reflect broader historical and cultural trends. The study aims to understand possible patterns and relationships during this historical moment of the institution’s sector through a bibliographic review and a qualitative analysis of primary sources made available by the museum. The conclusions highlight the impact of donations and acquisitions in this period, showing how the museum’s numismatic collection evolved, including the fluctuations and key moments in its trajectory, which, however, did not numerically approach the scale of the initial formative period.

Keywords: National Historical Museum; Museum; Collection; Numismatics.

1. Introdução

O Museu Histórico Nacional está ligado ao Instituto Brasileiro de Museus, tendo sob sua guarda o mais extenso conjunto patrimonial associado ao Ministério da Cultura, foi uma instituição museológica pioneira, exercendo atividades tais quais a pesquisa, a preservação, a educação (em diversos níveis) (RANGEL, 2011, p. 301). Fundada em 1922, essa instituição foi criada enquanto um centro de celebração da história nacional, estando esse movimento associado aos anseios apresentados por setores da intelectualidade (CHAGAS, 2003, p.100 apud RANGEL, 2011, p. 302). Apesar de ser esse o contexto de sua criação, é possível afirmar que o projeto dessa entidade nos dias atuais não representa uma total continuidade dessa proposta inicial, tendo o museu passado por momentos e direcionamentos diversos ao longo de sua longa trajetória (RANGEL, 2011, p. 302).

Dentre as centenas de milhares sob a guarda dessa importante instituição, constam 152.617 itens numismáticos (BANDEIRA e cols, 2019, p. 21), conjunto que representa a maior coleção da América Latina (GUEDES, 2010,

p. 131), formado por medalhas, condecorações, cédulas, fichas, sinetes, moedas, bem como diversos outros itens associados à produção, circulação e coleção desses objetos (MAGALHÃES, 2011, p. 202). Cabe entender que esse conjunto é a amálgama de uma série de outros, trazendo em seu conteúdo e em sua disposição uma imensa variedade de indícios sobre as escolhas dos responsáveis pela formação desses conjuntos primordiais, bem como sobre as políticas museais estabelecidas no momento de sua incorporação. Nesse sentido, procura-se explorar o período primordial dessa coleção, delimitados a partir dos anos em que esteve à sua frente Edgar de Araújo Romero.

2. Objetivos

O objetivo da pesquisa é compreender a formação da coleção, extraindo indícios sobre os aspectos simbólicos que contaminam a formação desse setor da instituição, bem como delimitar e esclarecer a atuação dos personagens envolvidos. Por fim, busca-se a criação de uma base de dados que possa servir de insumo para pesquisas futuras, bem como contribuir para a consolidação da memória institucional.

3. Metodologia

A metodologia consistiu na revisão bibliográfica sobre a temática, tendo a instituição, de forma mais ampla, como a centralidade desse aspecto da investigação, diante da ausência de material específico sobre a temática. A análise dos dados e fontes primárias não se deu de forma exaustiva, mas permitiu a construção de uma análise quantitativa basal da evolução numérica da coleção como um todo.

3. Discussão

Sabe-se que em 1923 o Museu Histórico Nacional recebeu uma coleção que foi transferida da Biblioteca Nacional, representando esta o núcleo original de seu acervo (MAGALHÃES, 2011, p. 202). No entanto, rapidamente a esse âmago foram juntando-se outros conjuntos, frutos da colaboração de outras instituições, como a Casa da Moeda, o Arquivo Nacional, o Museu Nacional e o Museu da Marinha (ARANHA; HERINGER, 2016, p. 140-141). Outra importante fonte de crescimento desse acervo foram as doações feitas por particulares, sejam esses grandes e conhecidos colecionadores, tais

quais Guilherme Guinle (ARANHA; HERINGER, 2016, p. 141), dentre tantos outros que contribuíram em menor escala.

Observando a trajetória desse acervo, é possível afirmar que o núcleo da coleção, transferido da Biblioteca Nacional em 1923, representa um momento histórico específico, anterior ao museu propriamente dito, mas que já incorporava outras coleções, para além das moedas adquiridas sob a iniciativa de Ramiz Galvão, visto que já existiam diversos itens em poder da Biblioteca Nacional, dentro os quais a coleção de D. Pedro II, transferida do Museu Nacional em 1896 (MAGALHÃES, 2011, p. 202).

À esse núcleo inicial transferido em 1923 foram sendo adicionadas outras coleções já formadas. É interessante notar que nesse primeiro momento havia uma segmentação baseada na figura daqueles que realizaram as doações, com a presença de salas associadas a personalidades como Pedro Calmon e Guilherme Guinle, o que parece estar profundamente associado a um momento da entidade em que prevalecia o culto da personalidade (ABREU, 1994, p. 211-212).

Um aspecto que permite a visualização dessa disposição da instituição é a forma como se organizavam fisicamente as exposições, com a presença de salas associadas a personagens específicos, em geral grandes doadores (ABREU, 1994, p. 215).

Nesse sentido, nesse período a formação da coleção numismática do Museu Histórico Nacional foi estruturada por iniciativas de aquisição de coleções particulares e públicas, por diversos métodos, dentre os quais se destacam as doações e as compras. Uma doação que foi marcante nesse período histórico foi a de Guilherme Guinle, com quem o Diretor Gustavo Barroso já negociava uma doação desde o ano de 1923, tendo nesse mesmo ano separado uma sala só para esse fim (BARROSO, 1924, p. 17), que futuramente abrigaria a coleção de numismática brasileira (RIBEIRO, 1944, p. 94). Essa doação se concretizou em 1925 (ROMERO, 1926, p. 8), ano em que foi transferida para a sala que receberia o nome do doador. Um episódio que ilustra o circuito de trocas simbólicas estabelecido nesse momento é a iniciativa da instituição em fundir um medalhão em bronze com a efígie de Guilherme Guinle, que ornamentaria a “sua” sala, para o qual foram destinadas 925 moedas de cobre e bronze que faziam parte do refugio da seção de numismática (BARROSO, 1926, p. 13).

Com essa forma de se trabalhar o acervo, a doação não desfez o vínculo estabelecido originalmente pelo ato de colecionar, funcionando exatamente como forma de manter esse valor atribuído pelo colecionador que, ao colecionar, atribui ao objeto sua própria narrativa e visão (ABREU, 1994,

p. 218-219). Nesse sentido, o museu representava um espaço de continuidade de semióforos, conceito que representa uma racionalização do ato de colecionar, considerando que essa ação cria, a partir do objeto, uma ponte semântica responsável por viabilizar ideias e conceitos (ABREU, 1994, p. 218).

Pode-se afirmar que nesse momento da trajetória do Museu Histórico Nacional o culto às personalidades surgiu enquanto uma consequência do culto à tradição (ABREU, 1994, p. 211). Havia nessa preocupação um reflexo do projeto de Gustavo Barroso, voltado à construção de um museu que refletisse a “identidade nacional”, tomando esse conceito, nos contornos do projeto mencionado, uma caracterização associada à nobreza, às elites (ABREU, 1994, p. 212). Tal lógica operava a partir da estruturação voltada às personalidades, com a construção de um acervo com base não só no significado original do item, mas em grande grau com a consideração de sua origem, sua associação aos indivíduos notáveis e ao valor que por eles era atribuído ao objeto (ABREU, 1994, p. 211).

Nessa lógica não só os objetos se tornavam semióforos, mas também os indivíduos, na medida em que suas personalidades, ainda que não tangíveis, eram mediatemente visibilizadas por suas coleções, que traduzem os seus valores e, consequentemente, as visões políticas da própria instituição (ABREU, 1994, p. 222), associadas ao projeto político de formação de uma consciência cívica específica. No caso em questão, o vínculo fica ainda mais explícito a partir do momento em que itens históricos, ainda que “desprovidos de valor numismático”, foram destruídos para formarem uma figura que fosse capaz de homenagear o doador, ilustrando sua participação no processo de formação daquele espaço.

A delimitação temporal estabelecida é reforçada pela perda de força da lógica mencionada a partir da década de 60, que não se tratou de uma desvinculação completa, na medida em que a tradição ditou algumas permanências, tal qual a nomeação de determinadas áreas e conjuntos (ABREU, 1994, p. 225).

Para caracterizar esse primeiro momento da coleção de numismática do Museu Histórico Nacional é interessante apresentar o responsável por seu funcionamento, que naquele período era o chefe de seção Edgar de Araújo Romero. É seu período à frente da seção de numismática que delimita o recorte histórico escolhido. Foi funcionário da Biblioteca Nacional, deixando essa instituição após sua nomeação para o Museu Histórico Nacional (PUBLICAÇÕES SERIADAS, 2024), para a qual fora, embora indiretamente, com a companhia da coleção de numismática daquela instituição (COSTA,

2023, p. 102). Esteve à frente desta seção até 1951, quando passou a chefia a Alfredo Solano de Barros, afastando-se em 1953 do museu (SIQUEIRA, 2009, p. 21; COSTA, 2023, p. 107).

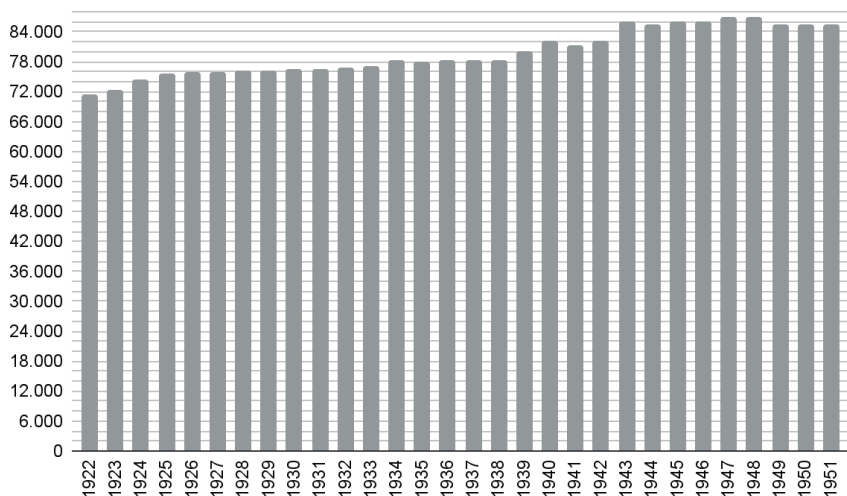
É essencial entender que a sua atuação representou um legado que seria seguido por outros profissionais, na medida em que Romero foi professor do Curso de Museus, responsável pela disciplina de Numismática. Por tal disciplina passaram os conservadores que viriam a atuar na seção, dentre os quais podemos destacar Alfredo Solano de Barros, Dulce Cardoso Ludolf e Yolanda Marcondes Portugal (COSTA, 2023, p. 103).

Para além da coleção Guinle, destacam-se outras coleções particulares que foram adquiridas nesse período, de forma direta e indireta. Tais coleções são de uma diversidade temática imensa. Dentre os principais assuntos, podemos mencionar as medalhas religiosas (Padre Xavier Costabile), moedas e medalhas brasileiras (Pedro Massena e Julius Meili), medalhas (Comandante Antônio Pinto Guimarães), medalhas e condecorações (Comandante Alberto Frederico Rocha), moedas estrangeiras (Alzira Camarinha de Castro), além das de temática diversificada (Andrade, Viúva do Desembargador Raja Gabaglia, Leone Ossovigi) (LUDOLF, 1945).

Essas, por sua vez, foram, em alguns casos, resultado de articulações da instituição, mas, em outros, foram apenas resultado da posição de destaque da instituição, que era procurada por particulares para diversos fins, dentre os quais a avaliação e aquisição de coleções.

Por fim, observa-se que apesar da constante evolução quantitativa da coleção, conforme o Gráfico 1, seu bojo continuou sendo constituído pela soma das coleções que foram transferidas quando da criação do Museu Histórico Nacional. No entanto, tal fato de nenhuma forma diminui a importância das aquisições que se deram nessas três décadas, tanto em termos de relevância para a instituição, quanto em termos de importância enquanto indicadores para o estudo das mentalidades que permearam sua atuação.

Gráfico 1 - Quantidade de itens na coleção numismática por ano (1922-1951)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4. Conclusão:

Apesar da construção institucional ter sido profundamente influenciada pela postura institucional, também é possível ver em seus primeiros anos de funcionamento uma certa independência funcional, na medida em que operou seguindo uma lógica temática de organização espacial. Isso, no entanto, não significa que sua atuação não foi profundamente marcada pelo período em que se inseriu, como é possível depreender a partir da influência que teve a doação feita por Guilherme Guinle.

Se o diagnóstico dado por Abreu (1994) é corroborado por essa narrativa, o constante crescimento da coleção a partir de incorporações de conjuntos de menor porte também indica uma participação relevante de indivíduos que, embora invisibilizados, agregaram à instituição uma variedade temática incontornável.

Cabe mencionar o papel que Edgar de Araújo Romero teve à frente da seção de numismática durante esse período. Esse profissional representou uma continuidade da coleção da Biblioteca Nacional, mas atuou de forma diversa dentro do Museu Histórico Nacional, sendo definidor para as etapas seguintes do desenvolvimento da instituição ao participar da formação dos profissionais de museus que dariam continuidade ao seu trabalho.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Regina (1994). História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 199-233.
- ARANHA, Paula Moura; HERINGER, Pedro Colares (2016). Análise das cunhagens do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves na coleção do Museu Histórico Nacional. *Armas e troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, [s. l.], v. X Série, ed. Tomo XVIII, p. 139-168.
- BANDEIRA, adriana; TUBBS, diogo; FIGUEIREDO, Flávia Limoeiro; TRINDADE, Lúcia Verônica; COLARES, Pedro Heringer (2019). *Plano museológico: 2020-2023*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Museolo%CC%81gico-MHN-2020-2023.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- BARROSO, Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodi Da Cunha (1924).. Relatório do Museu Histórico Nacional - 1923. Rio de Janeiro, 13 fev. 1924.
- BARROSO, Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodi Da Cunha (1926). *Relatório do Museu Histórico Nacional - 1925*. Rio de Janeiro, 28 jan. 1926.
- BRASIL (1922). *Decreto-Lei nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento*. [S. l.], 16 ago. 1922. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- COSTA, Ludmila Leite Madeira da (2023). *Profissionalização da Museologia no Brasil: Construção de uma profissão de museus*. Orientador: Ivan Coelho de Sá. 2023. 257 p. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/ludmila_leite_madeira_costa2.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.
- GODOY, Solange de S. (org.) (1989). *Museu Histórico Nacional*. São Paulo: Banco Safra.
- GUEDES, Angela (2010). Museu Histórico Nacional. *Comunicação & Educação*, v. 15, n. 3, p. 131-136. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44853>. Acesso em: 1 ago. 2023.
- LUDOLF, Dulce (1945). *Avaliação da coleção de moedas medalhas e livros do Sr. Leone Ossovigi para possível aquisição*. Rio de Janeiro, 4 maio.
- MAGALHÃES, Marici Martins (2011). Moedas gregas na coleção do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (MHN) e as primeiras amoedações da ásia menor. *Nearco* - Revista Eletrônica de Antiguidade e Medieval, ano IV, v. 2. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/nearco/article/view/71768/44191>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- PUBLICAÇÕES Seriadadas (2024). História, Memória e Documentos 1922 - 1927 - João Gomes do Rego. . In: *Biblioteca Nacional Digital*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/coordenacao-de-publicacoes-seriadadas/chefes-da-unidade-biografias/1922-1927-joao-gomes-do-rego/>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- RANGEL, M. F. (2011). A cidade, o museu e a coleção. *XI Enancib: Ciência da Informação em foco*, v. 7 n. 1 (2011): Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3301>. DOI [10.18617/liinc.v7i1.415](https://doi.org/10.18617/liinc.v7i1.415). Acesso em: 03 ago. 2023. p. 3.
- REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana Lucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.
- RIBEIRO, Adalberto Mário (1944). O Museu Histórico Nacional. *Revista do Serviço Público*, v. 1, n. 2, p. 70-102.
- ROMERO, Edgar De Araújo (1926). *Relatório da 2ª Secção do Museu Histórico Nacional relativo ao anno de 1925*. Rio de Janeiro, 21 jan.
- SIQUEIRA, Graciele Karine (2009). *Curso de Museus - MHN, 1932-1978: O perfil acadêmico-profissional*. Orientador: Ivan Coelho de Sá. 178 p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/graciele_karine_siqueira.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

RESENHA LITERÁRIA

Nessa seção apresentaremos algumas obras literárias numismáticas que foram lançadas no período com um resumo, esperamos assim que possa despertar o interesse entre leitores e incentive autores.



Autora: Luciana Aldana

Ano: 2024

Páginas: 115

Impressão: PB | 15x21cm

Pode ser encontrado no site:

www.numismaticacastro.com.br

O Colecionismo Numismático para as Mulheres

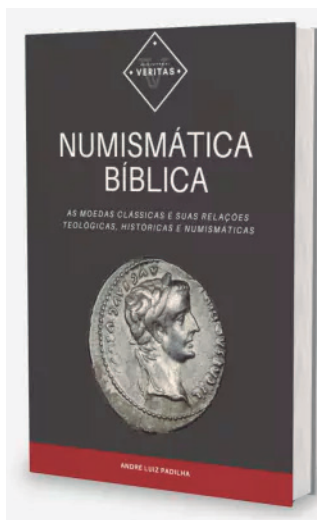
Luciana Aldana

Barreiras sociais, culturais e econômicas historicamente influenciaram para que o acesso das mulheres ao colecionismo numismático seja restrito. Há uma presença maior de mulheres na pesquisa e talvez até no comércio numismático, mas poucas são as colecionadoras.

Assim, a psicóloga e numismata argentina Luciana Aldana iniciou uma pesquisa sobre o colecionismo numismático entre as mulheres. Esta pesquisa se estendeu além de seu próprio país, alcançando 107 mulheres de 19 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Honduras, Itália, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.

Um levantamento e ponderação de vozes femininas que contam sobre seu estilo de coleção, seus começos no mundo do colecionismo, suas propostas para aumentar nossa presença nesse campo e suas aventuras para se formarem em Numismática.

Em resumo, esta obra imerge em uma abordagem única e necessária sobre o colecionismo: a perspectiva de gênero na Numismática. Agora traduzido para a língua portuguesa.



Livro: Editora: Veritas, 1ª edição
Ano: 2023
Páginas: 200

Pode ser encontrado no site:
www.numismaticacastro.com.br

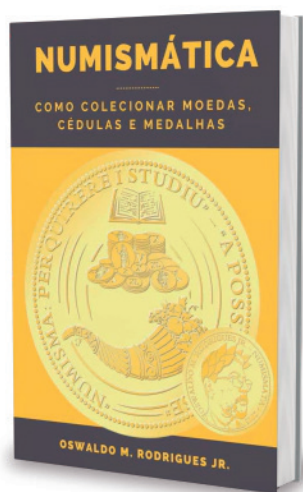
Numismática Bíblica: As moedas clássicas e suas relações teológicas, históricas e numismáticas

André Luiz Padilha

O livro preenche uma carência muito grande de material especializado em nosso idioma. Esse material foi dividido em duas partes, a primeira aborda questões mais teológicas e históricas, entrando a numismática apenas como ferramenta para ilustrações. Retirado da Bíblia as passagens que citam o dinheiro em suas várias formas, no Antigo e Novo Testamento, além de propor debates sobre a construção do dízimo, o sistema monetário da época baseado e também as relações entre o domínio romano na Judeia e as moedas cunhadas e por fim as parábolas bíblicas com ilustrações numismáticas.

Na segunda parte uma construção mais histórica e numismática, tanto da cunhagem da Judeia quanto dos Reis e regentes citados na Bíblia, por exemplo, as moedas da Casa dos Asmoneus, da Dinastia Herodiana e também dos Procuradores de Augusto na região da Judeia, além de outras peças relacionadas a cunhagem do período, revoltadas judaicas e as históricas bíblicas.

Todas as moedas citadas estão ilustradas e ainda apresenta seu valor de mercado em euro. O livro oferece informações detalhadas sobre as moedas mencionadas na Bíblia e histórias relacionadas a Judeia por uma perspectiva numismática, levando a uma viagem fascinante pelo mundo antigo fornecendo uma compreensão da cultura e sociedade da época.



Tiragem: 100 Exemplares
Ano: 2024 - Editora Veritas
Páginas: 144
Impressão: PB - Offset 75g

Pode ser encontrado no site:
www.numismaticacastro.com.br

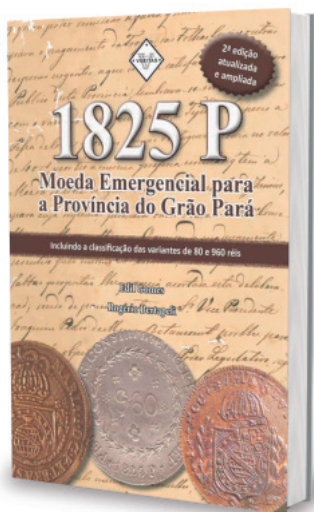
Numismática: Como coleccionar moedas, cédulas e medalhas

Oswaldo M. Rodrigues Jr.

Uma reorganização de uma obra de 1990, com revisão do autor, inclusão de novas fotos, mas com a preocupação de manter a originalidade. *"Primeiramente meu interesse em rever o que havia escrito, há 15 anos não via um exemplar da publicação original. Os exemplares que ficaram comigo eu distribuí ao longo dos dez primeiros anos. Vi-me sem um exemplar. Por anos procurei em sebos, até que encontrei um, no meio de 2015"*.

Ao longo da década posterior à publicação, a Sociedade Numismática Brasileira publicou vários capítulos no Boletim da Sociedade. Em vista do interesse e de questionamentos de onde comprar o livro, o autor percebeu que havia interessados em numismática, mas demonstrando não terem aproximação do tema, precisando de guias para se inserirem nos princípios básicos do colecionismo.

"A ideia de estudar o mundo pela numismática é uma forma de aumentar nosso conhecimento, pela história a qual nossos antepassados já viveram. Usar a numismática como uma forma de conhecimentos e não na vertente pecuniária que para muitos será a única aparência percebida. O valor financeiro das peças numismáticas é e sempre será um fator para quem deseje coleccionar, estudar, mas não deveria ser a finalidade de quem se aproxime desta maravilhosa e complexa área do conhecimento humano. Creio que servirá muito para quem quer sair de um acúmulo e organizar uma coleção numismática".



Tiragem: 200

Autor: Edil Gomes e Rogério Bertapeli

Ano: 2024

Páginas: 180

Impressão: Colorido - 15x21cm

País: Brasil

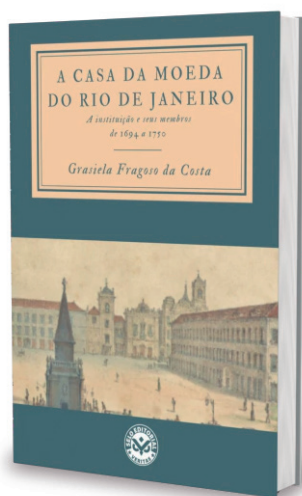
**Pode ser encontrado no site:
www.numismaticacastro.com.br**

1825: Moeda Emergencial para a Província do Grão Pará

Edil Gomes e Rogério Bertapeli

Nessa segunda edição, muita coisa mudou. As Moedas de 80 réis e 960 Réis 1825P, foram incluídas na numária brasileira, entraram em catálogos, foram descobertos novos exemplares em coleções particulares e em museus, além de um grande achado de moedas no Pará, o que tornou possível a classificação de todas as variantes. Na primeira edição era conhecidas 14 moedas de cobre de 80 réis e 5 de prata. Nessa nova edição são listadas 103 de cobre e 14 de prata, apesar do salto, ainda são poucos exemplares e sempre que aparecem são muito valorizadas.

O livro é dividido em parte de histórica, depoimentos, documentos de época, relatos de pesquisadores, e também ensina como identificar e traz a classificação das variantes das moedas conhecidas de cobre e de prata podendo assim determinar sua raridade.



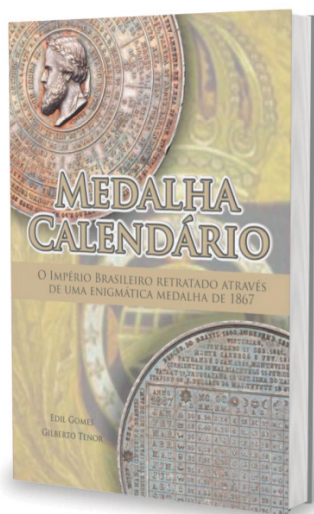
Tiragem: 200 Exemplares
Ano: 2024 - Editora Veritas
Páginas: 146
Impressão: Colorido - Offset 75g
/ 15x21cm

Pode ser encontrado no site:
www.numismaticacastro.com.br

A Casa da Moeda do Rio de Janeiro

Grasiela F. Costa

A Casa da Moeda do Rio de Janeiro e seus membros. Esse foi o objeto sobre o qual essa pesquisa se debruçou. A escassez e o aviltamento do meio circulante levaram a abertura de uma Casa da Moeda na Bahia em 1694, que circulou pelas principais Praças comerciais da América Lusa até se instalar de forma definitiva no Rio de Janeiro em 1702. Num primeiro momento nossa atenção se volta para a organização interna dessa instituição, e em seguida para a importância que ela vai adquirindo na conjuntura política do Império português. Essa Casa do Rio, no período das explorações auríferas, foi o cenário escolhido para investigarmos a trajetória de vida de alguns homens ligados a essa instituição, bem como os conflitos nos quais estiveram envolvidos. O estudo de trajetórias individuais e os momentos de conflito foram os recursos metodológicos aqui empregados para penetrar mais a fundo na história dessa instituição



Medalha Calendário – O Império Brasileiro retratado através de uma enigmática medalha de 1867

Edil Gomes & Gilberto Fernando Tenor

Em 1867, o Brasil estava em guerra contra o Paraguai, aliado pela Tríplice Aliança com a Argentina e o Uruguai, travando batalhas épicas com a presença ativa do último imperador do Brasil, Dom Pedro II. Por outro lado, o país estava sendo representado na grandiosa Feira Internacional realizada em Paris nesse mesmo ano.

Nesse cenário, foi cunhada uma medalha icônica pelo gravador da Casa da Moeda do Brasil, o dinamarquês naturalizado brasileiro Cristian Lüster, que é um verdadeiro manual de datas do Império do Brasil, incluindo datas da família imperial e religiosas, algumas que não são mais lembradas e comemoradas e que nos faz realizar uma viagem no tempo e conhecer um pouco do final do Império do Brasil, que se estendeu por mais 22 anos.

É fascinante como uma simples medalha possa transmitir e registrar tantas informações. 104 páginas, ilustrado com fotos coloridas, papel pólen.

Tiragem: 300

Autores: Edil Gomes
Gilberto Fernando Tenor

Ano: 2024

Páginas: 104

Impressão: Colorido
Pólen 80g | 15x21cm

Pode ser encontrado no site:
www.numismaticacastro.com.br

INSTRUÇÃO AOS AUTORES

A **Revista Numismática Brasileira – RNB** é publicação semestral e destina-se à divulgação de trabalhos científicos de pesquisa contemplando áreas relativas ao estudo da Numismática.

ENVIO:

Os artigos deverão ser enviados exclusivamente ao correio eletrônico: **snb@snb.org.br** com cópia ao Editor Oswaldo M. Rodrigues Jr.: **oswrod1@hotmail.com**.

Obs. Os trabalhos apresentados não poderão ter sido enviados simultaneamente a outro periódico para publicação. Artigos já publicados anteriormente em outros formatos, serão aceitos desde que adaptados aos padrões da revista e indicados onde foi publicado.

FORMATO:

A extensão máxima permitida é de até 20 páginas digitadas em processador de texto, em tamanho A4, margens de 2cm, espaço duplo, fonte Times New Roman, tamanho 12.

Os manuscritos podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês.

Os textos enviados em idioma inglês podem ocasionar custos adicionais para a tradução e revisão, os quais correm por conta do/s autores que devem aprovar estes gastos apresentados pela Revista. Cabe ao Comitê Editorial opinar pela publicação em inglês.

A primeira página do manuscrito constará de:

- a) Título do trabalho em português (ou espanhol) e inglês
- b) Nome do/s autor/es e designação institucional ou Entidades Numismáticas em que é associado
- c) Autor para correspondência e contato (E-mail, endereço, telefone).

Na sequência deve vir um resumo de no máximo 200 palavras, em português (ou espanhol) e em inglês. Abaixo do resumo devem constar quatro ou cinco palavras-chave em português (ou espanhol) e em inglês.

A seguir, o trabalho deverá ter uma Introdução, o conteúdo do trabalho, a Conclusão e Referências Bibliográficas. (Deixamos em aberto outras seções a critério do autor como: Método, Resultados, Discussão, Agradecimentos e financiamento para a realização do estudo).

As ilustrações (fotografias, diagramas, tabelas, desenhos), devem ser entregues no final do artigo, no mesmo arquivo, em forma consecutiva bem como a marcação no texto indicando o lugar de inserção. As fotos e ilustrações quando não for do autor, deverá indicar seu crédito ou referência.

Poderá ser utilizado notas de rodapé para explicações, devendo estar numeradas no corpo do texto.

RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO

Após o recebimento do artigo, o Comitê Editorial avalia se está de acordo com os critérios e objetivos editoriais da revista. Considerando as avaliações, o Editor comunicará ao autor designado que pode ser: 1) rejeição do manuscrito; 2) Aceitação do manuscrito; 3) Aceitação com a solicitação de que se realizem as modificações sugeridas pelo Comitê Editorial.

Após a aceitação o artigo será diagramado nos padrões da Revista e o autor receberá o artigo para avaliação e sua aprovação para publicação.

Ao enviar o artigo para a RNB, o autor autoriza e aceita a transferência de direitos de publicação para a revista, bem como o regulamento de publicações, portanto, das responsabilidades de autoria, originalidade, confidencialidade e identificação de créditos e autorizações.

Situações fora das especificadas nas normas, deverão ser comunicadas previamente.



Rua 24 de Maio, 247 - 2º andar - São Paulo - Brasil - CEP 01041-001
Site: www.snb.org.br | email: snb@snb.org.br